



SEGUNDO BOLETIM DE TRABALHO

ANÁLISE COMPARADA DO
DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO
DA BAHIA DESDE O INÍCIO DO
SÉCULO XXI: *continuação do*
primeiro Boletim de Trabalho

Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia (SINDISEFZ)

04 de julho de 2025



SUMÁRIO

Lista de abreviaturas e siglas	4
Resumo Executivo.....	5
Introdução.....	10
Tabela 1 – Abrangência temporal de fontes de dados contínuas para a economia baiana entre 2001 e 2024	11
1. Evolução do PIB baiano em perspectiva regional e nacional	14
Tabela 2 – Taxa de crescimento anual médio do PIB real, Bahia, Nordeste e Brasil.....	14
Gráfico 1 – Participação da Bahia no PIB do Brasil (2002-2024, em %).....	16
Gráfico 2 – Participação da Bahia no PIB da região Nordeste (2002-2024, em %).....	17
2. Desempenho setorial	19
Gráfico 3 – Participação da Bahia no VAB das indústrias de transformação e extrativas do Brasil (2002-2022)	20
Gráfico 4 – Participação da Bahia no VAB do Brasil por setor de atividade econômica (2002-2022).....	22
3. Setor externo	26
Gráfico 5 – Índices de preços e <i>quantum</i> de exportações, Brasil e Bahia (2001-2024, 2001=100)	27
Gráfico 6 – Saldo da balança comercial do Estado da Bahia (2001-2024, US\$ Bilhões, em valor FOB).....	29
Gráfico 7 – Participação da Bahia no valor de importação (US\$ FOB) do Brasil (2001-2024).....	30
Gráfico 8 – Participação da Bahia no valor de exportação (US\$ FOB) do Brasil (2001-2024).....	31
4. Balança comercial interestadual baiana	32
Gráfico 9 – Saldo comercial fiscal por Estado da Federação – Ano base 2024.....	34
Mapa 1 – Saldo / déficit comercial interestadual por UF – Ano base 2024.....	35
Tabela 3 – Saldo comercial fiscal dos Estados do Nordeste – R\$ bilhões.....	36
Gráfico 10 – Balança comercial interestadual da Bahia com as UF	38
4.1. Saldo fiscal interestadual e as contradições do desenvolvimento.....	39
5. Arrecadação tributária	42
Gráfico 11 – Participação na Bahia na arrecadação nacional de impostos estaduais e taxa de câmbio (2001-2023)	42



5.1. Correlação da valorização e desvalorização do Real na arrecadação tributária	44
6. Contribuintes por tipo de regime tributário – Bahia / Nordeste / Brasil (2024).....	45
Tabela 4 – Contribuintes por Tipo de Regime – Bahia / Nordeste / Brasil (2024).....	46
7. Renda.....	47
Gráfico 12 – Razão de PIB <i>per capita</i> e participação da Bahia nos rendimentos do trabalho e no estoque de empregos formais do Brasil (2002-2024).....	48
Gráfico 13 – Participação da Bahia na renda das famílias(todas as fontes) e nos benefícios sociais do Brasil (2012-2023).....	49
Gráfico 14 – Índice de Gini dos rendimentos domiciliares <i>per capita</i> , de todas as fontes (2012-2023).....	50
Tabela 5 – Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> por faixa de distribuição de renda na Bahia e no Brasil (R\$ a preços de 2023)	51
 Considerações finais	54
Referências	58
 Anexo 1 – Participação da Bahia no PIB do Brasil (2002-2024).....	60
Anexo 2 – Participação da Bahia no VAB nominal do Brasil, por setor de atividade econômica (%).	60
Anexo 3 – Participação da Bahia no Produto Interno Bruto do Nordeste.....	61
Anexo 4 – Índices de preços e <i>quantum</i> de exportações, Brasil e Bahia (2001-2024, 2001=100)	61
Anexo 5 – Exportações, importações, saldo da balança comercial da Bahia e participação da Bahia nas exportações e importações do Brasil (2001-2024, US\$ Bilhões, em valor FOB, e % do total nacional)	61
Anexo 6 – Valor exportado dos principais produtos da pauta exportadora da Bahia (2001-2024, US\$ Bilhões, em valor FOB)	62
Anexo 7 – Participação na Bahia na arrecadação nacional de impostos estaduais e taxa de câmbio (2001-2023)	62
Anexo 8 – Razão de PIB <i>per capita</i> e participação da Bahia nos rendimentos do trabalho, no estoque de empregos formais, na renda das famílias (todas as fontes) e nos benefícios sociais do Brasil (2002-2024)	63
Anexo 9 – Índice de Gini dos rendimentos domiciliares <i>per capita</i> , de todas as fontes (2012-2023)	63
Anexo 10 - Saldo / defici comercial interestadual da Bahia com as UF – Ano base 2024	64



Lista de abreviaturas e siglas

- BACEN - Banco Central do Brasil
- BPC - Benefício de Prestação Continuada
- COMEX STAT - Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior
- CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária
- FIOL - Ferrovia de Integração Oeste Leste
- IBC-BA - Índice de Atividade Econômica da Bahia
- IBC-Br - Índice de Atividade Econômica do Banco Central
- IBC-NE - Índice de Atividade Econômica Regional – Nordeste
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBS - Imposto sobre Bens e Serviços
- ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
- IDH - Índices de Desenvolvimento Humano
- IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo
- LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
- MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
- IBC-BR - Índice de Atividade Econômica do Banco Central
- PDI - Plano de Desenvolvimento Integrado
- PIB - Produto Interno Bruto
- PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
- RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
- SCR - Sistema de Contas Regionais
- SINDISEFZ - Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia
- VAB - Valor Adicionado Bruto
- ZFM - Zona Franca de Manaus



Juliano Giassi Goulart¹

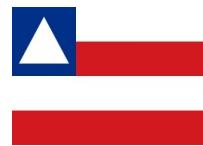
Resumo Executivo

O "Segundo Boletim de Trabalho: análise comparada do desempenho socioeconômico da Bahia desde o início do século XXI" foi elaborado para o Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia (SINDISEFZ). Tem esse estudo como objetivo realizar uma análise comparativa aprofundada do desempenho econômico da Bahia e do Brasil desde o início do século XXI, dando continuidade ao Primeiro Boletim de Trabalho. O estudo busca identificar convergências e divergências nas trajetórias econômicas, utilizando uma ampla gama de indicadores socioeconômicos de fontes como o Sistema de Contas Regionais (SCR) do IBGE, Banco Central (BACEN), e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Em síntese, o Boletim revela o seguinte panorama para a economia baiana:

- **Desempenho Macroeconômico e Participação no Produto Interno Bruto (PIB):**
 - A economia baiana passou por cinco fases distintas: expansão (2002-2014) impulsionada pelo consumo familiar, crise (2015-2016) devido à queda de investimentos e renda, lenta recuperação (2017-2019), forte queda em 2020 (pandemia), e retomada do crescimento (2021-2024) com protagonismo do gasto público e *commodities*.
 - Durante o ciclo de crescimento pré-2015, a Bahia acompanhou o dinamismo nacional e regional, com uma média de 3,6% ao ano, ligeiramente acima da média brasileira (3,5%) e abaixo da nordestina (3,9%).

¹ Economista, doutor pelo Instituto de Economia da UNICAMP e autor dos seguintes livros: *Política fiscal e desoneração tributária no Brasil; Política de renúncia de receita do Estado do Pará; Limites e insuficiências na promoção do desenvolvimento socioeconômico; A política de renúncia de receita tributária do Estado de São Paulo; Desenvolvimento Desigual: Incentivos Fiscais e Acumulação em Santa Catarina*. Também é co-autor do livro *Que conta é essa? O sistema tributário das desigualdades*.



- No entanto, a Bahia foi proporcionalmente mais afetada em períodos de retração, como na recessão de 2015-2016 (-4,8% ao ano na Bahia vs. -3,4% no Brasil) e em 2020 devido à pandemia (-4,4% na Bahia vs. -3,3% no Brasil).
 - Nos períodos de recuperação, o crescimento baiano tem sido mais comedido, ficando abaixo das médias regional e nacional.
 - A Bahia tem apresentado um crescimento médio anual do PIB inferior ao da região Nordeste e do país na maioria dos períodos analisados, sendo particularmente mais impactada em recessões.
 - Observa-se uma preocupante tendência de perda de espaço relativo da Bahia no PIB da Região Nordeste, declinando de 31,0% em 2002 para 28,9% em 2024, uma perda de 2,1 pontos percentuais, pois outros Estados da região estão crescendo a um ritmo mais acelerado.
-
- **Desempenho Setorial:**
 - A indústria de transformação baiana, especialmente o setor petroquímico, enfrentou perda de participação no PIB nacional em termos nominais entre 2011 e 2015, e a queda nos investimentos da Petrobras a partir de 2016 prejudicou a indústria baiana, resultando em perda gradual de participação até 2022.
 - A indústria extrativa da Bahia também mostrou uma forte e quase ininterrupta tendência de queda em sua participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) nacional do setor após 2004.
 - A agropecuária registrou uma tendência de declínio em sua participação no VAB do Brasil a partir de 2007.
 - O setor da indústria baiana demonstrou uma perda de relevância industrial no cenário nacional.
 - Desafios identificados incluem a baixa participação dos serviços privados, associada a níveis de renda e consumo mais baixos, e uma inserção industrial predominante em cadeias de bens intermediários e *commodities*, o que limita a agregação de valor.
 - **Setor Externo (Comércio Internacional):**



- A Bahia demonstrou uma valorização significativa nos preços de seus produtos exportados, mas não conseguiu replicar o mesmo dinamismo do Brasil em termos de volume de exportações.
- A participação da Bahia nas exportações brasileiras tem mostrado uma tendência de declínio na última década, atingindo o menor patamar da série em 2023 (3,3%), com leve recuperação em 2024 (3,5%).
- A matriz econômica do Estado ainda se caracteriza pela baixa agregação de valor em suas exportações, sendo predominantemente matérias-primas ou produtos minimamente processados, e uma forte dependência de *commodities*.
- Há deficiências em infraestrutura e logística e acesso limitado à energia, que aumentam os custos e reduzem a competitividade.

- **Balança Comercial Interestadual e Assimetrias Fiscais:**

- A análise da balança comercial interestadual de 2024, com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), revela assimetrias na economia brasileira.
- A Bahia figura entre os Estados com os maiores déficits fiscais interestaduais, registrando um saldo expressivamente negativo de R\$ -142,81 bilhões em 2024, o que a posiciona como o segundo maior déficit estadual do país, atrás apenas do Pará (R\$ -199,48 bilhões).
- Essa situação é seguida de perto pelo Rio de Janeiro (R\$ -130,91 bilhões).
- Os déficits fiscais interestaduais são uma tendência consistente entre os Estados das regiões Nordeste (Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas) e Norte (Rondônia, Roraima, Acre e Tocantins), indicando que essas regiões são receptoras líquidas de fluxos de bens e serviços.
- A Bahia, Pará e Rio de Janeiro, em conjunto, somam mais de 40% (41,97%) do déficit fiscal total do país.
- Especificamente, a Bahia é responsável por 30,63% de todo o déficit fiscal acumulado pelos Estados deficitários do Nordeste em 2024.
- Os superávits fiscais estão concentrados em economias mais maduras e diversificadas, como São Paulo (R\$ 286,46 bilhões), Amazonas (R\$ 265,45 bilhões) e Santa Catarina (R\$ 258,48 bilhões).



- Essa concentração de superávits em apenas sete Estados, versus 19 Estados com déficits, revela uma clara assimetria fiscal no pacto federativo brasileiro, com implicações significativas para o financiamento de políticas públicas em regiões menos desenvolvidas.

- **Arrecadação Tributária:**

- A participação da Bahia na arrecadação nacional de todos os tributos estaduais e de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) apresentou uma tendência geral de crescimento e estabilização, indicando um fortalecimento da base econômica ou melhoria na capacidade de arrecadação.
- A arrecadação de ICMS Combustíveis na Bahia, embora inicialmente alta, mostrou uma tendência geral de declínio em sua participação nacional a partir de 2006.
- A desvalorização do real na última década impulsionou a arrecadação de ICMS no Estado, especialmente devido ao aumento dos preços relativos de combustíveis.
- A estrutura tributária da Bahia é predominantemente composta por micro e pequenas empresas sob o regime do "Simples Nacional" (87,41%), o que reflete uma estrutura econômica dominada por setores de baixa produtividade. A baixa proporção de empresas no regime "Débito/crédito" (9,11%) sugere uma frágil inserção em cadeias de maior valor agregado.

- **Renda e Desigualdade:**

- O PIB *per capita* da Bahia equivale a apenas 57,3% da média nacional, colocando-a entre os Estados mais pobres do país, com uma renda anual estimada em R\$ 28,5 mil por habitante em 2024.
- A participação da Bahia nos rendimentos do trabalho nacional sofreu forte queda na última década, estando em 3,9% em 2024, próxima à mínima histórica.
- A perda de dinamismo no mercado de trabalho foi amortecida pelo aumento das transferências governamentais, como o Bolsa Família, que cresceram mais



fortemente na Bahia do que na média nacional, atingindo 9,9% da participação nacional em 2023.

- Os programas sociais contribuíram para uma redução das desigualdades de renda no Estado em ritmo mais forte que na média nacional. Em 2023, pela primeira vez no período analisado, o Índice de Gini da Bahia (0,49) tornou-se inferior ao do Brasil (0,515).
- Essa redução da desigualdade foi impulsionada pela queda da renda dos 10% mais ricos (11%) e pelo crescimento da renda dos 10% mais pobres (43%) na última década, contrastando com a tendência nacional.
- Apesar disso, o rendimento médio *per capita* da Bahia é sistematicamente inferior ao do Brasil em todos os decímes de renda. A Bahia ainda registra taxas alarmantemente elevadas de pobreza (43,5%) e extrema pobreza (14,2%), e sua riqueza limitada está mais concentrada nas mãos de poucos.

- **Considerações Finais e Desafios Futuros:**

- A Bahia enfrenta uma "armadilha" de desenvolvimento, caracterizada por baixa renda e consumo generalizados, alta desigualdade, foco industrial em *commodities* e bens intermediários, e dependência de grandes projetos que nem sempre geram ampla capilaridade econômica. A especialização em agricultura e extrativismos não permite o salto tecnológico necessário.
- Apesar dos desafios, o Estado demonstra compromisso com o desenvolvimento futuro através do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) Bahia 2035/2050, que visa diversificar a matriz produtiva, modernizar a infraestrutura e impulsionar a inovação.
- Investimentos em infraestrutura como o Porto Sul e a Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), o dinamismo do agronegócio e o potencial das energias renováveis e da inovação representam pontos fortes e avenidas promissoras para a agregação de valor e a criação de novos setores exportadores.

Adicionalmente, este Boletim inclui anexos que apresentam em formato de tabelas os dados compilados que aparecem ao longo do relatório em formato de gráficos.



Introdução

Ao longo das últimas décadas, a economia brasileira tem sido caracterizada por períodos de intensa flutuação, que reverberam de maneira desigual em suas diversas regiões. Essa heterogeneidade regional é um reflexo direto de diferenças estruturais, setoriais e institucionais, que é intrínseca ao tecido socioeconômico do país. A comparação do desempenho da economia baiana com o cenário macroeconômico brasileiro revela-se uma ferramenta analítica para desvendar as particularidades do desenvolvimento regional baiano. Além disso, a investigação de indicadores sociais, como os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), oferece uma perspectiva sobre como as flutuações econômicas se traduzem em bem-estar social.

O objetivo deste Boletim, como sequência do Boletim anterior, é realizar uma análise comparativa do desempenho econômico da Bahia e do Brasil desde o início do século XXI. Essa investigação busca ir além de uma mera justaposição de dados, visando identificar as principais convergências e divergências nas trajetórias econômicas do Estado e do país. Para isso, a metodologia empregada envolve a exploração de uma ampla gama de indicadores socioeconômicos, que permitirão estabelecer comparações entre o âmbito nacional e regional. Ao investigar essas variáveis, será possível traçar um panorama dos desafios que limitam o desenvolvimento econômico da Bahia, contextualizando-o dentro da complexa realidade brasileira do século XXI.

Para garantir a profundidade da análise comparativa entre a Bahia, Nordeste e Brasil, este estudo fundamenta-se em uma base de dados abrangente e diversificada. A Tabela 1 sintetiza as fontes de dados utilizadas, bem como suas respectivas abrangências temporais, demonstrando o rigor metodológico na coleta e organização das informações.



Tabela 1 – Abrangência temporal de fontes de dados contínuas para a economia baiana entre 2001 e 2024

Ano	IBC	EP	Censo Demográfico	Contas Regionais	Comex Stat	PNAD	PNADC	CONFAZ
2001		x			x	x		x
2002		x		x	x	x		x
2003	x	x		x	x	x		x
2004	x	x		x	x	x		x
2005	x	x		x	x	x		x
2006	x	x		x	x	x		x
2007	x	x		x	x	x		x
2008	x	x		x	x	x		x
2009	x	x		x	x	x		x
2010	x		x	x	x	x		x
2011	x	x		x	x	x		x
2012	x	x		x	x	x	x	x
2013	x	x		x	x	x	x	x
2014	x	x		x	x	x	x	x
2015	x	x		x	x	x	x	x
2016	x	x		x	x		x	x
2017	x	x		x	x		x	x
2018	x	x		x	x		x	x
2019	x	x		x	x		x	x
2020	x	x		x	x		x	x
2021	x	x		x	x		x	x
2022	x		x	x	x		x	x
2023	x	x			x		x	x
2024	x	x			x		x	

Fonte: Elaboração própria (2025).

Este Segundo Boletim de análise econômica foi estruturado em sete seções, desconsiderando a introdução e considerações finais, com o propósito de oferecer uma avaliação da economia baiana. Buscou-se, por meio de uma abordagem sistemática e baseada em dados econômicos e sociais, aprofundar a compreensão acerca do desempenho econômico do Estado da Bahia, contextualizando-o tanto no cenário regional quanto nacional.

Na primeira seção, propõe-se examinar a trajetória do PIB do Estado, considerando as tendências observadas nas esferas regional e nacional. A análise concentra-se na participação da Bahia no agregado econômico do Nordeste e do Brasil, com ênfase tanto nos valores nominais quanto reais. Nesse contexto, procura-se elucidar a contribuição da economia baiana ao desempenho do país, avaliando se o Estado acompanha, supera ou permanece aquém do ritmo de crescimento engendrado pela economia nordestina e brasileira. Esta abordagem segue a metodologia já empregada no Primeiro Boletim de Trabalho, garantindo a comparabilidade entre os estudos.



Na segunda seção, a investigação é aprofundada por meio da desagregação do desempenho econômico por setor de atividade, com destaque para o papel da indústria baiana no panorama nacional. A análise se apoia nas Contas Regionais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cuja relevância decorre da abrangência histórica e do detalhamento macroeconômico que oferecem, cobrindo o período do início do século XXI até o ano de 2022. Além disso, recorre-se ao Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) como *proxy* mensal do PIB, recurso metodológico que permite a captação de oscilações mais recentes da atividade econômica baiana, com maior frequência e granularidade.

A terceira seção é dedicada à análise do setor externo e sua influência sobre a dinâmica econômica do Estado. Utilizando dados do Comex Stat (Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior), examina-se o comportamento da balança comercial internacional baiana. A investigação do comércio exterior é considerada essencial para compreender a inserção da Bahia no mercado global (cadeias globais de valor) e os efeitos da demanda internacional sobre o crescimento econômico regional.

Na sequência, a quarta seção aprofunda a análise das trocas econômicas interestaduais por meio da balança comercial interestadual fornecido pelo CONFAZ, evidenciando as relações comerciais entre a Bahia e as demais unidades da federação. Esta abordagem permite avaliar o grau de integração da economia baiana no mercado nacional e identificar potenciais desequilíbrios ou sinergias regionais.

A quinta seção foca na arrecadação tributária, tratando da participação da Bahia no total arrecadado nacionalmente. Através da utilização de dados do CONFAZ, analisa-se a evolução da arrecadação estadual e os impactos das políticas fiscais sobre as finanças públicas do Estado. Esta análise é fundamental para compreender a capacidade contributiva da Bahia e os desafios enfrentados em termos de sustentabilidade fiscal.

Na sexta seção, apresenta-se a categorização dos contribuintes baianos conforme o regime tributário adotado, o que permite um exame mais acurado da estrutura da base arrecadatória estadual. Tal categorização possibilita inferências sobre a composição do tecido econômico formal da Bahia, além de subsidiar reflexões sobre a eficiência e equidade do sistema tributário vigente.

A sétima, e última seção, dedica-se ao tema da distribuição de renda no Estado, indicador central para a avaliação do bem-estar da população e da justiça econômica. A



análise contempla as desigualdades existentes e busca compreender as dinâmicas que moldam a estrutura distributiva no território baiano.

Por fim, o Boletim encerra-se com as considerações finais, nas quais os principais resultados são sintetizados. Além disso, propõem-se reflexões críticas e possíveis direções para futuras investigações, assim como subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e alinhadas às necessidades socioeconômicas da Bahia.



1. Evolução do PIB baiano em perspectiva regional e nacional

Em análise à evolução do nível de atividade econômica do Estado da Bahia desde o início do século XXI, como apresentado no primeiro Boletim de Trabalho, foram identificadas cinco fases distintas: expansão entre 2002 e 2014, impulsionada principalmente pelo consumo das famílias; crise entre 2015 e 2016, associada à queda dos investimentos e, posteriormente, à deterioração da renda das famílias; lenta recuperação entre 2017 e 2019; forte queda, relacionada aos impactos mais imediatos da pandemia da Covid-19, em 2020; e retomada do crescimento econômico entre 2021 e 2024, com protagonismo do gasto público e dos setores produtores de *commodities*.

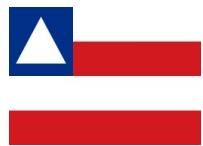
Para compreender o desempenho relativo da economia baiana ao longo dos distintos ciclos econômicos das últimas duas décadas, a Tabela 2 apresenta as taxas médias de crescimento anual do PIB real — isto é, ajustado pela inflação regional — para o Brasil, a região Nordeste e a Bahia. Os períodos analisados refletem fases econômicas distintas: o ciclo de crescimento sustentado entre 2002 e 2014, a recessão de 2015-2016, a recuperação moderada de 2017 a 2019, o impacto da pandemia em 2020, e a retomada econômica de 2021 a 2024. Também é considerada a média do período completo de 2002 a 2024.

Tabela 2 – Taxa de crescimento anual médio do PIB real, Bahia, Nordeste e Brasil

	2002-2014	2015-2016	2017-2019	2020	2021-2024	2002-2024
Brasil	3,5%	-3,4%	1,4%	-3,3%	3,6%	2,3%
Nordeste	3,9%	-4,0%	1,5%	-4,1%	3,5%	2,4%
Bahia	3,6%	-4,8%	1,0%	-4,4%	3,3%	2,0%

Fonte: Sistema de Contas Regionais (2024).

Os dados evidenciam que, embora a Bahia tenha acompanhado o dinamismo nacional e regional durante o ciclo de crescimento pré-2015, com uma média de 3,6% ao ano — levemente acima da média brasileira (3,5%) e ligeiramente abaixo da média nordestina (3,9%) —, sua economia foi proporcionalmente mais afetada nos períodos de retração. Durante a recessão de 2015-2016, a contração do PIB baiano atingiu -4,8% ao ano, acima das quedas registradas para o Nordeste (-4,0%) e para o Brasil (-3,4%). Esse padrão de maior



sensibilidade negativa se repetiu em 2020, no contexto da pandemia, quando a Bahia registrou retração de -4,4%, frente à -4,1% no Nordeste e -3,3% no Brasil.

Durante os períodos de recuperação, o crescimento baiano tem sido mais comedido: entre 2017 e 2019, sua taxa média anual foi de 1,0%, inferior às médias regional (1,5%) e nacional (1,4%). Já no quadriênio 2021–2024, observa-se uma retomada mais vigorosa, embora ainda abaixo da média brasileira: a Bahia cresceu 3,3% ao ano, contra 3,5% no Nordeste e 3,6% no Brasil. Todavia, a Tabela 1 pode ser explorada de forma mais detalhada ao analisar seus dados segmentados em diferentes períodos, o que permite uma visualização mais clara das variações ao longo do tempo:

- **Período de Crescimento (2002-2014):** Neste período de expansão econômica para o Brasil, o Nordeste apresentou o maior crescimento médio anual (3,9%), superando tanto o Brasil (3,5%) quanto à Bahia (3,6%). Isso sugere que a região como um todo, impulsionada talvez por políticas sociais e investimentos, teve um desempenho mais dinâmico que a média nacional e a Bahia. A Bahia, embora com crescimento positivo, ficou ligeiramente abaixo do Nordeste.
- **Período de Recessão (2015-2016):** Este período foi marcado por uma forte recessão no Brasil (-3,4%). O Nordeste também sofreu uma retração significativa (-4,0%). No entanto, a Bahia foi o mais impactado, registrando a maior queda média anual (-4,8%). Isso pode indicar uma maior vulnerabilidade da economia baiana a choques negativos em comparação com o Brasil e a média do Nordeste.
- **Período de Recuperação Lenta (2017-2019):** Após a recessão, o Brasil e o Nordeste mostraram uma recuperação, com crescimentos médios de 1,4% e 1,5%, respectivamente. A Bahia, contudo, teve uma recuperação mais tímida, com um crescimento médio de apenas 1,0%, ficando abaixo das médias nacional e regional, o que sugere uma dificuldade em retomar o ritmo de crescimento.
- **Ano da Pandemia (2020):** 2020 foi um ano atípico devido à pandemia de Covid-19, resultando em quedas acentuadas para todas as economias. O Nordeste (-4,1%) e a Bahia (-4,4%) registraram quedas mais pronunciadas que o Brasil (-3,3%). A Bahia novamente se destaca negativamente, apresentando a maior retração, o que pode

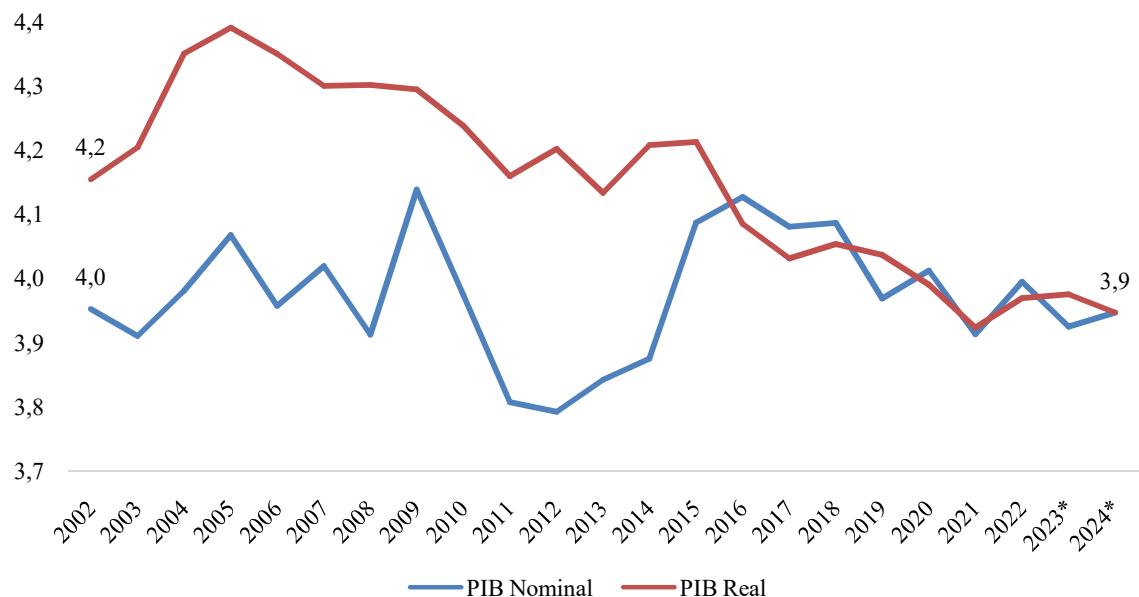


indicar que setores mais impactados pela pandemia tinham maior peso na economia baiana.

- **Período Pós-Pandemia (2021-2024):** No período de recuperação pós-pandemia, o Brasil se recuperou com um crescimento médio robusto de 3,6%. O Nordeste cresceu um pouco menos (3,5%), e a Bahia, embora com crescimento positivo, registrou o menor percentual (3,3%) entre os três. Isso reforça a percepção de que a Bahia tem apresentado uma recuperação menos vigorosa em comparação com a média nacional e regional em momentos de retomada.

Destarte a isso, o Gráfico 1, abaixo, é possível visualizar que a Bahia, apesar de ser uma das maiores economias do Nordeste, tem apresentado um crescimento médio anual do PIB inferior ao da região e do país em grande parte dos períodos analisados, e tem sido particularmente mais impactada em momentos de recessão. Isso reforça a ideia de que a economia baiana enfrenta desafios estruturais que limitam sua capacidade de crescimento sustentado e de acompanhar o ritmo de expansão de outras regiões e do país como um todo.

Gráfico 1 – Participação da Bahia no PIB do Brasil (2002-2024, em %)



Fonte: Sistema de Contas Regionais(2024).

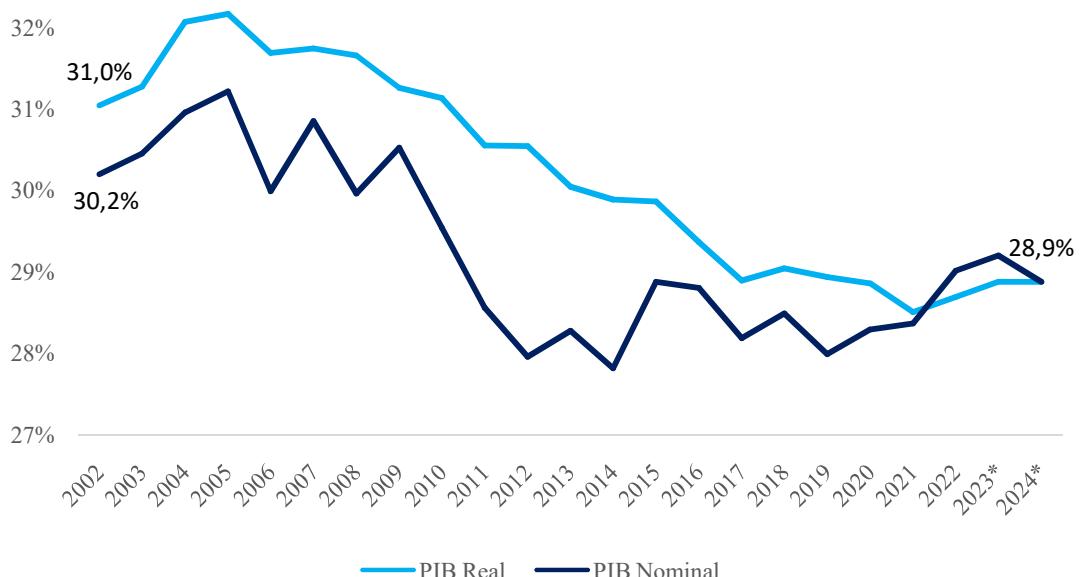
* Dados de 2023 e 2024 (até novembro) estimados a partir dos índices de atividade econômica do BACEN (2024), IBC-BA e IBC-Br, e dos índices de preços regionais de serviços.



No período analisado, a Bahia, assim como o Brasil, vivenciou ciclos de expansão e retração. No entanto, o que se observa é que, em momentos de desaceleração ou crise, a recuperação da economia baiana muitas vezes se mostrou mais lenta ou menos robusta do que a média nacional. Isso pode ser atribuído, em parte, a uma menor diversificação de sua base produtiva em comparação com outras regiões mais desenvolvidas do país, o que a torna mais vulnerável a choques em setores específicos. A capacidade de inovação e o desenvolvimento tecnológico também são fatores cruciais. A baixa densidade de empresas de alta tecnologia e a menor aplicação de recursos em pesquisa e desenvolvimento pode restringir a competitividade da Bahia em mercados de maior valor agregado, perpetuando uma especialização em setores com menor potencial de crescimento.

Quanto à participação da Bahia no PIB da região Nordeste, nota-se uma tendência de perda relativa em ambos os indicadores. O Gráfico 2 ilustra a participação da Bahia no PIB da Região Nordeste no período de 2002 a 2024, apresentando tanto a série em termos nominais quanto em termos reais. A análise deste gráfico é crucial para compreender a evolução da relevância econômica do Estado dentro do contexto regional.

Gráfico 2 – Participação da Bahia no PIB da região Nordeste (2002-2024, em %)



Fonte: Sistema de Contas Regionais (2024).

* Dados de 2023 e 2024 (até novembro) estimados a partir dos índices de atividade econômica do BACEN (2024), IBC-BA e IBC-NE, e dos índices de preços regionais de serviços.



Apesar de sua proeminência histórica e demográfica na Região Nordeste, a economia da Bahia tem demonstrado uma preocupante tendência de perda de espaço relativo no cenário econômico regional, conforme evidenciado pelos dados apresentados no Gráfico 2 – Participação da Bahia no PIB da Região Nordeste (2002-2024, em %). No início do período analisado, em 2002, a Bahia detinha uma parcela significativa do PIB nordestino, com 31,0% em termos reais e 30,2% em termos nominais. Isso solidificava sua posição como a maior economia da região ou uma das maiores, dada sua relevância populacional e a presença de importantes polos industriais e de serviços.

Contudo, ao longo das duas últimas décadas, essa participação tem apresentado uma trajetória de declínio consistente. Analisando a participação da Bahia no PIB Real do Nordeste, verifica-se que, após um pico ligeiro em 2005 (aproximadamente 32%), a curva mostra uma retração contínua. Em 2010, por exemplo, essa participação já havia caído para cerca de 30%, e o movimento descendente persistiu, atingindo 28,9% em 2024. Isso representa uma perda de 2,1 pontos percentuais na sua participação no PIB real do Nordeste entre 2002 e 2024.

A tendência no PIB Nominal segue um padrão semelhante, embora com mais oscilações, refletindo também a dinâmica de preços. Iniciando em 30,2% em 2002, a participação nominal da Bahia também declinou para 28,9% em 2024, uma perda de 1,3 pontos percentuais. Notavelmente, houve um ponto mais baixo em 2013, quando a participação nominal caiu para aproximadamente 27,8%, antes de uma leve recuperação nos anos seguintes, sem, contudo, reverter à tendência de longo prazo.

Essa diminuição da participação baiana no PIB nordestino é um indicativo claro de que outros Estados da região estão crescendo a um ritmo mais acelerado ou conseguindo atrair investimentos e desenvolver setores econômicos de forma mais dinâmica. Em termos científicos, isso sugere que as taxas de crescimento do PIB da Bahia foram, em média, inferiores às taxas de crescimento combinadas dos demais Estados do Nordeste ao longo desse período. Enquanto a economia baiana expandia, outras economias vizinhas conseguiram expandir sua base produtiva e gerar riqueza a uma velocidade maior, redistribuindo o peso econômico dentro da própria região.

As razões para essa perda de espaço relativo podem estar associadas a uma série de fatores estruturais e conjunturais já discutidos, como a baixa diversificação produtiva em comparação com alguns vizinhos, a vulnerabilidade a choques em setores específicos de sua economia (como visto na recessão de 2015-2016 e na pandemia de 2020, onde a queda do PIB



da Bahia foi mais acentuada que a do Nordeste e do Brasil), a menor atração de novos investimentos industriais em detrimento de outros Estados que ofereceram incentivos mais agressivos na "guerra fiscal", ou até mesmo uma recuperação mais lenta pós-crises em comparação com o ritmo regional médio.

2. Desempenho setorial

A principal explicação para a divergência da participação nacional da Bahia em termos real e nominal reside nos deflatores regionais utilizados para o cálculo do PIB real. O rápido aumento da cotação do petróleo em dólar, observada particularmente a partir de 2010, promoveu uma intensa distorção dos preços relativos dos principais insumos utilizados pelo setor petroquímico brasileiro. Esse cenário foi agravado pela política de preços administrados empreendida pelo governo federal, cujas intervenções atuaram no sentido de restringir as altas nos preços dos combustíveis.

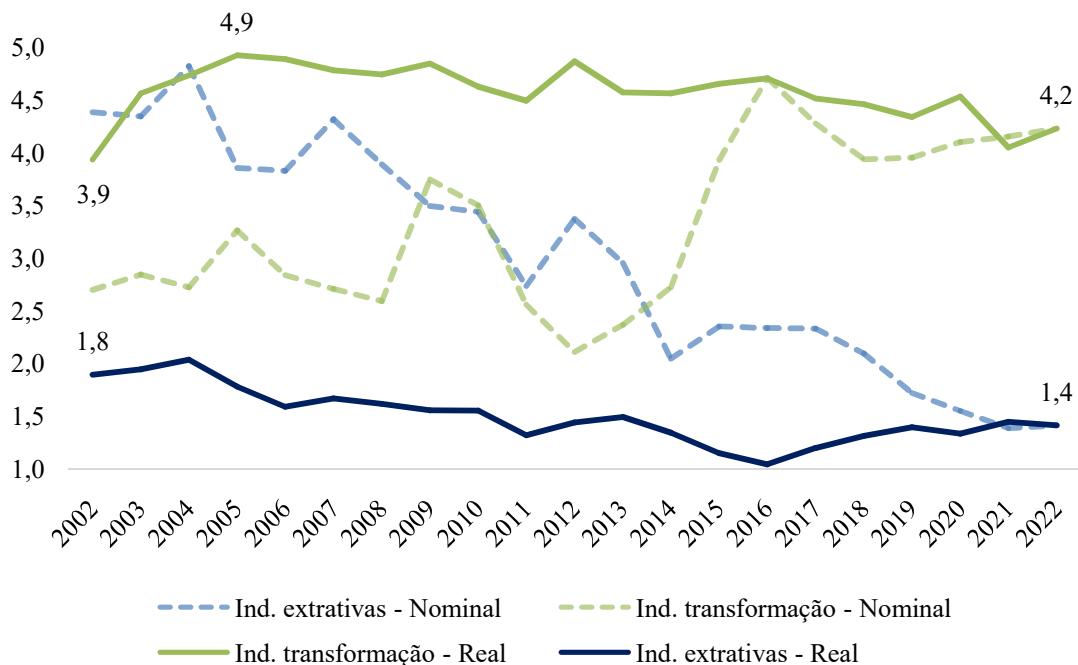
Com isso, houve um forte aumento do consumo intermediário dos Estados especializados no setor petroquímico, como é o caso da Bahia, sem correspondente aumento no valor bruto de produção e, portanto, no valor agregado. Essa dinâmica fica bastante evidente nos dados da indústria de transformação, cuja volatilidade de preços, concentrada no setor petroquímico, foi à principal causa para a perda de participação da Bahia no PIB nacional, em termos nominais, entre 2011 e 2015 (Gráfico 3).

Esse movimento não foi captado no indicador de participação do PIB real, que é calculado descontando a inflação setorial por meio de deflatores específicos. Nessa óptica, nota-se certa estabilidade na série histórica, indicando que a indústria de transformação baiana acompanhou de perto as tendências nacionais desde o início do século XXI. As principais exceções são o começo da série, em que o setor petroquímico baiano apresentou excelentes resultados, estimulado pelo mercado externo, bem como o período mais recente. Particularmente a partir de 2016 a queda nos investimentos regionais da Petrobras e no setor petroquímico como um todo prejudicou relativamente mais a indústria baiana, resultando



numa tendência gradual de perda de participação que se estendeu até o final da série, em 2022.

Gráfico 3 – Participação da Bahia no VAB das indústrias de transformação e extrativas do Brasil (2002-2022)



Fonte: Sistema de Contas Regionais (2024).

O Gráfico 3 detalha a participação da Bahia no VAB das indústrias de transformação e extrativas do Brasil, tanto em termos nominais quanto reais, no período de 2002 a 2022. Esta análise setorial é crucial para entender a contribuição específica desses segmentos para o desempenho econômico da Bahia no cenário nacional. A indústria de transformação da Bahia, em termos reais (linha verde sólida), demonstra uma trajetória marcada por oscilações, mas com uma tendência geral de perda de participação no VAB da indústria de transformação brasileira ao longo do período. No início da série, em 2002, a participação real era de 3,9%. Alcança seu pico em 2005, com 4,9%, indicando um período de forte desempenho ou atração de investimentos para o setor no Estado. Após 2005, a participação real da indústria de transformação baiana começa uma tendência de declínio. Embora haja pequenas recuperações pontuais (como em 2012 e 2017), a participação cai para 4,2% em 2022. Isso representa uma perda de 0,7 pontos percentual em relação ao pico de 2005.



A participação da indústria de transformação em termos nominais (linha verde tracejada), por sua vez, apresenta variações mais acentuadas, refletindo o impacto da inflação e dos preços relativos dos produtos. Observa-se que a participação nominal, após um pico em 2005, também entra em declínio, com um vale significativo por volta de 2011-2012, e uma recuperação notável a partir de 2015-2016, que parece se estabilizar nos últimos anos da série. No entanto, mesmo com essa recuperação, a participação nominal em 2022 é inferior ao pico de 2005.

A indústria extrativa da Bahia exibe um comportamento distinto e ainda mais preocupante em termos de sua participação no VAB nacional do setor, tanto em termos reais quanto nominais. A participação real (linha azul escura sólida) começa em 1,8% em 2002 e atinge um pico de 2,0% em 2004. A partir daí, observa-se uma forte e quase ininterrupta tendência de queda. A participação real cai para um mínimo próximo a 1,0% em 2016, com uma leve recuperação nos anos seguintes, finalizando em 1,4% em 2022. Isso representa uma perda significativa de 0,4 pontos percentual em relação a 2002 e de 0,6 pontos percentual em relação ao pico de 2004.

A participação nominal (linha azul clara tracejada) da indústria extrativa também apresenta um declínio expressivo. Começa em torno de 4,4% em 2002, com flutuações, mas uma queda acentuada após 2005. Há uma recuperação notável em 2012, mas a tendência geral de queda se mantém, e a participação nominal em 2022 está significativamente abaixo dos níveis iniciais. A análise do Gráfico 3 reforça a tese de que a Bahia tem enfrentado desafios estruturais que afetam sua capacidade de manter e expandir sua relevância nos setores industriais do Brasil.

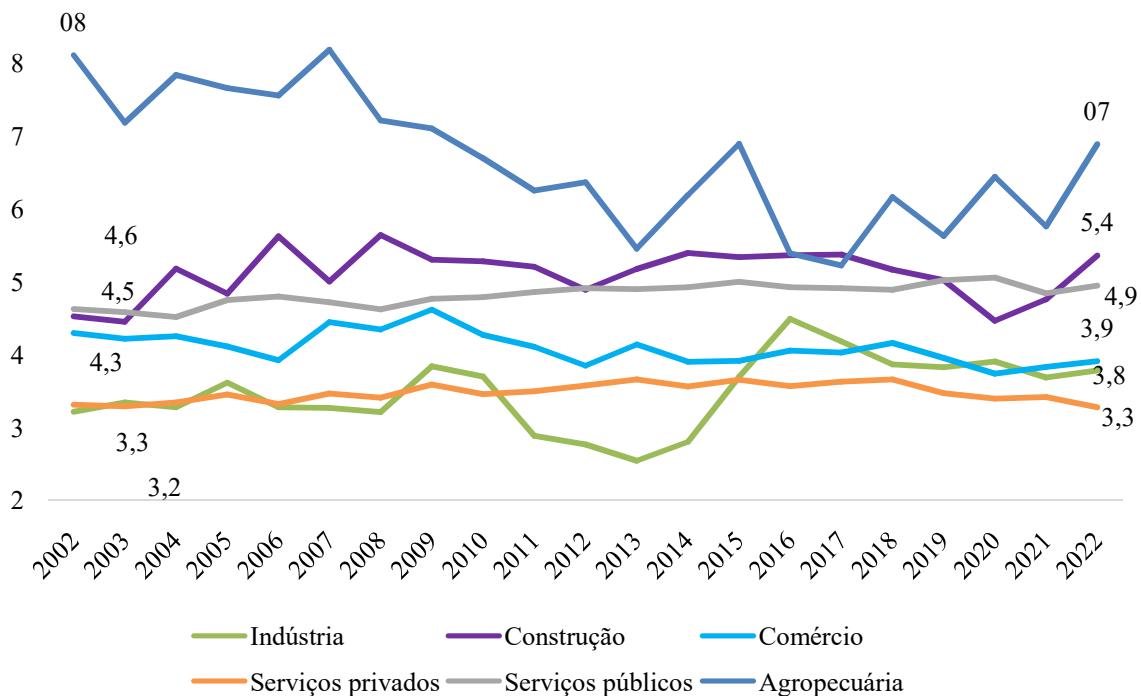
A análise da participação setorial do Estado no valor agregado nacional oferece uma lente para compreender as dinâmicas econômicas e as prioridades de desenvolvimento. Este Boletim de Trabalho tem como objetivo aprofundar a análise estrutural da economia baiana, investigando as razões por trás das participações setoriais no valor agregado brasileiro. Dito isso, o Gráfico 4 apresenta a participação na Bahia no valor agregado nacional, em termos nominais.

Apesar desse indicador ter se mantido em mesmo nível no agregado em 2014, comparativamente a 2002, houve importantes mudanças de composição. A principal delas foi o desempenho relativamente mais fraco da agropecuária, em especial quando comparada à região Centro-Oeste; e mais forte da construção e dos serviços, tanto públicos quanto



privados, valendo-se da expansão da renda das famílias e da maior propensão ao consumo do Nordeste no período.

Gráfico 4 – Participação da Bahia no VAB do Brasil por setor de atividade econômica (2002-2022)



Fonte: Sistema de Contas Regionais (2024).

O Gráfico 4 ilustra a participação percentual da Bahia no VAB do Brasil, desagregada por seis setores de atividade econômica (Indústria, Construção, Comércio, Serviços Privados, Serviços Públicos e Agropecuária), cobrindo o período de 2002 a 2022. Esta análise setorial é fundamental para identificar quais segmentos contribuíram para a perda de participação geral da Bahia na economia nacional.

- **Agropecuária (linha azul clara):** Este é o setor com a maior participação da Bahia no VAB nacional em vários momentos, começando em 8% em 2002. Houve um pico em 2007 (8,2%), mas uma tendência de declínio é evidente a partir de então, com uma queda notável e recuperações pontuais. Em 2022, a participação cai para 6,9%. Embora continue sendo um setor de grande peso, a perda de 1,1 pontos percentuais em relação a 2002 e de 1,3 pontos percentuais em relação ao pico de 2007 indica que o



crescimento da agropecuária em outros Estados brasileiros tem sido relativamente maior, ou que a Bahia enfrentou desafios específicos nesse setor.²

- **Serviços Públicos (linha cinza):** A participação dos serviços públicos da Bahia no VAB nacional mostra-se relativamente estável, flutuando em torno de 4,7% a 5,0% ao longo de todo o período. Começa em 4,6% em 2002 e encerra em 4,9% em 2022. Essa estabilidade pode refletir o peso das estruturas administrativas e o menor dinamismo de variações substanciais nesse setor em comparação com outros.³
- **Construção (linha roxa):** Este setor exibe uma tendência de crescimento inicial e posterior estabilização/queda. Inicia em 4,5% em 2002 e atinge picos de 5,6% em 2007 e 5,3% em 2015. Após 2015, a participação entra em declínio, com um vale em 2020 (próximo a 4,4%), recuperando-se ligeiramente para 5,4% em 2022. A volatilidade nesse setor é esperada devido aos ciclos de investimento.⁴
- **Indústria (linha verde-oliva, sólida):** A participação da indústria baiana no VAB industrial do Brasil demonstra uma tendência de declínio mais acentuada a partir de meados da década de 2000. Começa em 4,4% em 2002, atinge um pico de 4,7% em 2003, e depois mostra uma queda expressiva, atingindo um mínimo de aproximadamente 2,5% em 2013. Há uma leve recuperação a partir de 2014, estabilizando-se em torno de 3,7% a 3,8% nos últimos anos. Em 2022, a participação da indústria é de 3,8%, o que representa uma perda de 0,6 pontos percentuais em relação a 2002 e uma queda drástica em relação ao pico de 2003. Isso corrobora a

² Entre os destaques da produção, a soja é o principal produto, com um crescimento de 59% na última década e 8% em 2024. O cacau recuperou a liderança na produção em 2024, com um crescimento notável de 168% no ano, registrando 139.011 toneladas em 2023. Outras culturas importantes incluem a laranja (83% de crescimento em 2024) e o café (62% em 2024), sendo a Bahia o quarto maior produtor de café do Brasil, com previsão de 3,4 milhões de sacas em 2025. A produção e exportação de frutas também atingiram um recorde em 2023. As exportações agropecuárias do estado cresceram 65,4% entre 2020 e 2024, passando de US\$ 4,05 bilhões para US\$ 6,71 bilhões, com a soja liderando as vendas externas. Na pecuária, o rebanho bovino da Bahia é de 13,3 milhões de cabeças, o sétimo maior do país e 37,6% do total do Nordeste, beneficiado pela certificação de zona livre de febre aftosa sem vacinação.

³ A participação robusta dos serviços públicos reflete não apenas a dimensão do estado e suas necessidades administrativas, mas também o reconhecimento de seu papel estratégico como indutor de desenvolvimento e provedor de bem-estar social. Em um estado que enfrenta desafios de renda e desigualdade, a eficiência e a expansão dos serviços públicos, como saúde, educação e segurança, são vitais para a coesão social e para criar um ambiente propício ao crescimento dos demais setores.

⁴ Acordos com grupos chineses, como o Fundo Chinês para Investimento na América Latina (Clai-Fund) e a China Railway Engineering Group n.10 (Crec), visam investir, construir e operar o Porto Sul, em Ilhéus, e a FIOL.



análise do Gráfico 3, indicando uma perda de relevância industrial da Bahia no cenário nacional.⁵

- **Comércio (linha azul ciano):** O setor de comércio da Bahia no VAB nacional mostra uma participação relativamente estável, mas com um leve declínio geral. Inicia em 4,3% em 2002 e flutua ao redor dessa marca, com picos em 2008 e 2015. Em 2022, a participação é de 3,9%, uma queda de 0,4 pontos percentual em relação ao início da série.⁶
- **Serviços Privados (linha laranja):** Este setor, que engloba uma vasta gama de atividades, apresenta uma tendência de relativa estabilidade, com flutuações moderadas. Começa em 3,3% em 2002. Embora tenha picos e vales, a participação se mantém em torno de 3,5% a 3,8% na maior parte do período, fechando em 3,3% em 2022, o mesmo nível de 2002.⁷

Os desafios identificados para a economia baiana são multifacetados. A baixa participação dos serviços privados é diretamente associada a níveis de renda e consumo mais baixos no Estado, o que representa uma limitação fundamental para o dinamismo econômico. A indústria baiana, por sua vez, enfrenta um processo de desindustrialização ou, mais precisamente, uma inserção predominante em cadeias de bens intermediários e *commodities*, resultando em menor agregação de valor. A persistente desigualdade de renda na Bahia agrava esses desafios, impactando o consumo e, consequentemente, o vigor de setores como serviços privados e comércio.

⁵ A baixa participação da indústria, combinada com a caracterização de "desindustrialização" focada em bens intermediários e commodities, aponta para um desafio estrutural profundo. Diferente de uma indústria de transformação diversificada e de alta tecnologia, essa configuração pode limitar a criação de empregos de maior qualificação, a inovação local e a resiliência a choques externos. As políticas federais e estaduais, como a "Nova Indústria Brasil" e o PDI Bahia 2035/2050, são cruciais para reverter essa tendência, mas exigirão investimentos substanciais em tecnologia, qualificação de mão de obra e atração de indústrias de maior valor agregado para diversificar a base produtiva e gerar um impacto socioeconômico mais amplo.

⁶ A capacidade de expansão do comércio é um reflexo direto do poder de compra da população, e sua modesta participação no agregado nacional em 2022 sinaliza a necessidade de um crescimento de renda mais abrangente para impulsionar o consumo e, consequentemente, o setor.

⁷ A baixa participação dos serviços privados é um sintoma claro da estrutura socioeconômica da Bahia, marcada por renda e consumo limitados para a maioria da população. Este setor, que tipicamente prospera com o aumento da renda disponível e a diversificação das necessidades de consumo, encontra-se subdesenvolvido. A alta desigualdade de renda no estado agrava essa situação, pois mesmo que a renda média aumente, se ela estiver concentrada nas camadas mais ricas, a base ampla de consumidores para serviços não essenciais não se expandirá de forma significativa.



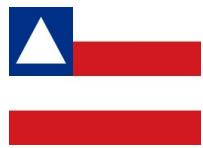
Apesar dessas barreiras, a Bahia demonstra um compromisso com o desenvolvimento futuro, evidenciado pelo ambicioso PDI Bahia 2035/2050.⁸ Este plano visa diversificar a matriz produtiva, modernizar a infraestrutura e impulsionar a inovação. Investimentos significativos em infraestrutura, como o Porto Sul e a FIOL, e o dinamismo contínuo do agronegócio representam pontos fortes. As perspectivas de desenvolvimento sugerem a necessidade de aprofundar políticas de inclusão social e aumento da renda para impulsionar o consumo e o setor de serviços privados. Adicionalmente, estratégias mais robustas para a reinustrialização e a agregação de valor na indústria são cruciais para um crescimento mais equilibrado e sustentável.

A Bahia enfrenta o que pode ser caracterizado como uma "armadilha" de desenvolvimento, onde a estrutura atual, embora produtiva em alguns nichos, dificulta a transição para uma economia mais complexa e de maior valor agregado. As barreiras incluem a baixa renda e consumo generalizados, a alta desigualdade, um foco industrial em *commodities* e bens intermediários, e uma dependência de grandes projetos que nem sempre geram ampla capilaridade econômica.⁹

A indústria deve ser entendida como um sistema complexo, e não como apenas um setor de atividade. Agricultura e produção de *commodities* (complexidade parcial) não constituem um sistema complexo, pois não há encadeamento nas etapas produtivas de seus produtos (exemplo do automóvel: motor, carcaça, pneus, chassi, vidros, bancos), não há elos de conexão entre o produto final e o inicial, justamente os elos que poderiam ser mecanizados e apresentar potencial de especialização produtiva. Logo, a agricultura, assim como as atividades ligadas ao Simples Nacional, é incapaz de realizar tamanha complexidade. Contudo, existem oportunidades significativas, por exemplo, no PDI Bahia 2035/2050 que visa explicitamente à diversificação da matriz produtiva e a modernização tecnológica industrial do Estado.

⁸ O PDI Bahia 2035, atualizado para o horizonte de 2050, é a principal diretriz estratégica do estado. Este plano busca impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de forma integrada e reduzir as desigualdades sociais e regionais, alinhando-se a novos cenários econômicos, sociais e ambientais. O PDI organiza suas diretrizes em 13 eixos estratégicos, com objetivos específicos que abordam a diversificação econômica e o fortalecimento de setores, incluindo serviços.

⁹ Na *Riqueza das nações*, publicado em 1776, Adam Smith (1996) já havia observado que “As nações mais opulentas geralmente superam todos os seus vizinhos tanto na agricultura como nas manufaturas; geralmente, porém, distinguem-se mais pela superioridade na manufatura do que pela superioridade na agricultura”. Smith, como um bom liberal, demonstra que as manufaturas exibem retornos crescentes de escala e agricultura não é que a divisão social do trabalho, “causa do aprimoramento das forças produtivas”, é um dos pilares do avanço produtivo e, logo, dos ganhos de produtividade. Desse modo, “a natureza da agricultura não comporta tantas divisões do trabalho, nem uma diferenciação tão grande de uma atividade para outra, como ocorre nas manufaturas”



3. Setor externo

O desempenho do comércio internacional da Bahia é moldado por uma complexa interação de fatores macroeconômicos globais e condições internas. As expectativas para a economia mundial e as flutuações nos preços das *commodities*, como petróleo e produtos agrícolas, exercem influência direta sobre as exportações do Estado. Internamente, fatores como a redução das taxas de juros, um mercado de trabalho mais forte, programas de transferência governamental, a recomposição da renda, a melhora da confiança do consumidor, a desaceleração da inflação e o aumento real do salário mínimo contribuem para um consumo interno aquecido, que, por sua vez, impacta as importações.

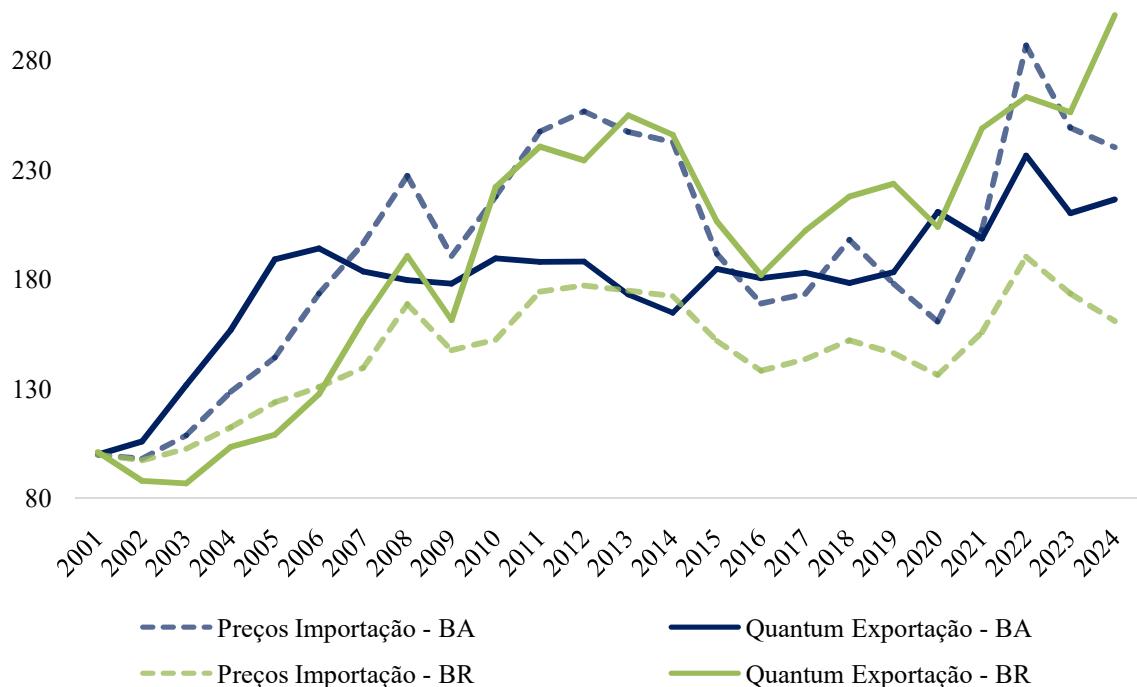
Destarte a isso, é crucial considerar que o impacto do comércio internacional na Bahia se insere em um contexto socioeconômico mais amplo. As transferências governamentais, por exemplo, são essenciais para mitigar as desigualdades de renda e sustentar o emprego, especialmente em setores intensivos em mão de obra, como a agropecuária e os serviços. Isso sugere que, embora o comércio exterior possa impulsionar o crescimento econômico, seus benefícios não se distribuem automaticamente de forma equitativa. A dependência de exportações de produtos primários, que geralmente têm menor agregação de valor, pode não gerar um impacto tão significativo na geração de empregos de alta qualificação ou na melhoria da distribuição de renda, se não for acompanhada por políticas complementares de desenvolvimento e qualificação profissional.

O Gráfico 5 oferece uma perspectiva sobre a dinâmica do comércio exterior da Bahia em comparação com o Brasil ao longo de mais de duas décadas. Ele permite observar as tendências de volume e preço das exportações, revelando períodos de crescimento, retração e as sensibilidades a fatores econômicos globais. Os períodos de maior perda relativa da Bahia, em termos nominais, coincidem com fases de alta nos preços de importação, cotados em dólar. Esse movimento representou pressões de custos relativamente maiores para o Estado baiano, em especial devido ao encarecimento dos óleos de petróleo utilizados no setor



petroquímico, sendo este o principal determinante da perda de participação no PIB nominal brasileiro.

Gráfico 5 – Índices de preços e *quantum* de exportações, Brasil e Bahia (2001-2024, 2001=100)



Fonte: MDIC/ ComexStat (2025).

O Gráfico 5 detalha a trajetória dos índices de preços e quantum (volume) das exportações, tanto para o Estado da Bahia quanto para o Brasil, ao longo de 24 anos, com o ano de 2001 servindo como base (índice 100). Vejamos:

1. Índices de Preços de Exportação (Bahia vs. Brasil)

- Crescimento Geral e Picos:** Ambos os índices de preços de exportação (Bahia e Brasil) demonstram uma forte tendência de crescimento ao longo do período. Para a Bahia, o índice de preços de exportação atingiu picos notáveis em 2012 (256,7) e, mais expressivamente, em 2022 (286,8). Isso significa que, em 2022, os preços dos produtos exportados pela Bahia eram quase 2,9 vezes maiores do que em 2001. Para o Brasil, os picos de preços de exportação foram em 2012 (177,1) e 2022 (190,3).



- **Diferença de Patamar:** É notável que os "Preços Exportação - BA" consistentemente apresentam valores de índice mais elevados do que os "Preços Exportação - BR" a partir de 2007. Por exemplo, em 2022, o índice da Bahia (286,8) foi significativamente superior ao do Brasil (190,3). Isso pode indicar que a pauta exportadora da Bahia é mais concentrada em *commodities* ou produtos cujos preços tiveram uma valorização mais acentuada no mercado internacional ao longo do tempo, ou que a Bahia se beneficia de uma composição de produtos que experimentou maior inflação de preços.
- **Volatilidade e Quedas:** Ambos os índices mostram quedas significativas em períodos de crise, como em 2009 (pós-crise financeira global) e, mais recentemente, entre 2022 e 2024. Em 2024, os preços de exportação da Bahia caíram para 240,3 (de 286,8 em 2022), e os do Brasil para 160,9 (de 190,3 em 2022), indicando uma normalização ou desvalorização recente.

2. Índices de Quantum de Exportação (Bahia vs. Brasil):

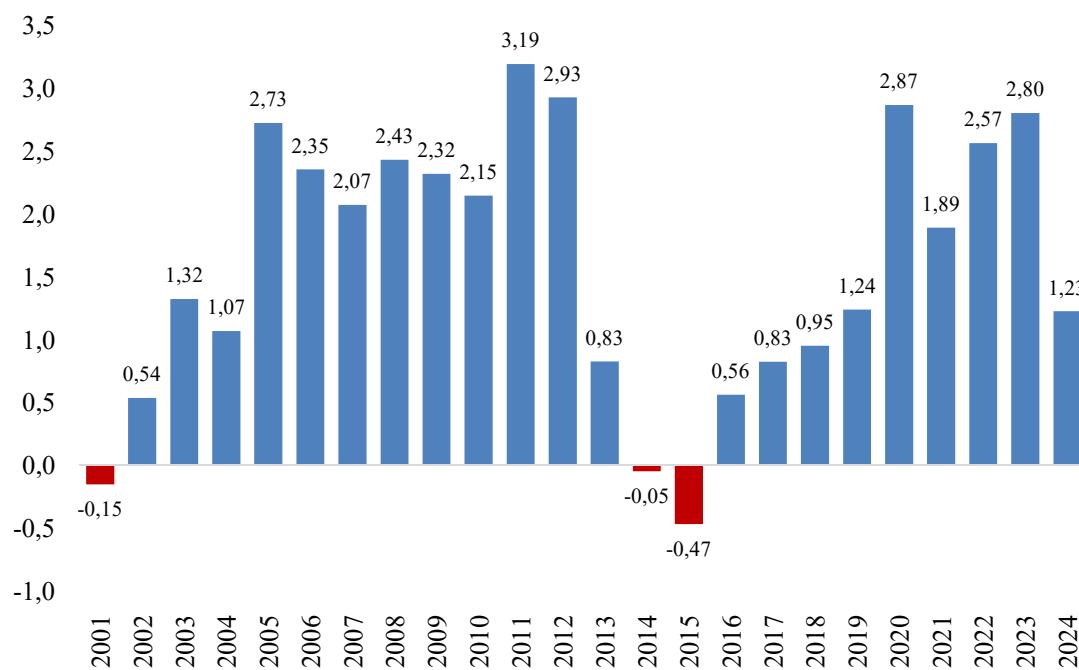
- **Crescimento Inicial e Estagnação da Bahia:** O "Quantum Exportação - BA" cresceu de 100,0 em 2001 para um pico inicial de 194,2 em 2006. No entanto, após esse período, o volume exportado pela Bahia demonstrou uma estagnação considerável, oscilando em torno de 180-190 até 2019. Houve um pico mais recente em 2022 (236,5), mas com uma queda para 210,1 em 2023 e uma leve recuperação para 216,5 em 2024, ainda abaixo do pico de 2022.
- **Crescimento Mais Robusto do Brasil:** Em contraste, o "Quantum Exportação - BR" apresentou um crescimento mais consistente e robusto ao longo de todo o período. Embora tenha tido quedas pontuais (e.g., 2009, 2015-2016, 2020), a recuperação foi sempre mais forte, atingindo um patamar significativamente mais alto. Em 2024, o índice de quantum de exportação do Brasil alcançou 300,8, o que representa um crescimento de mais de 200% em relação a 2001.
- **Divergência Acentuada Pós-2014:** A divergência entre o quantum de exportação da Bahia e do Brasil se torna particularmente acentuada a partir de 2014. Enquanto o



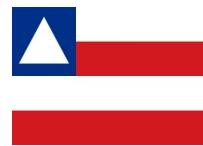
Brasil continua a expandir seu volume de exportações de forma mais expressiva, a Bahia mostra uma trajetória mais errática e com menor capacidade de sustentar o crescimento do volume. Em 2024, o quantum do Brasil (300,8) é substancialmente maior que o da Bahia (216,5), indicando que o volume de exportações do país como um todo cresceu a um ritmo muito mais acelerado.

O Gráfico 5, acima, ilustra que a Bahia, embora tenha visto uma valorização significativa nos preços de seus produtos exportados, não conseguiu replicar o mesmo dinamismo do Brasil em termos de volume de exportações, o que aponta para desafios estruturais em sua capacidade de produção e diversificação comercial. Destarte a isso, o auge desse processo se deu entre 2014 e 2015, quando o forte encarecimento das importações fez com que a Bahia registrasse déficits em sua balança comercial. Esse resultado contrastou enormemente com a tendência estrutural do comércio externo do Estado, que costuma apresentar expressivos superávits comerciais (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Saldo da balança comercial do Estado da Bahia (2001-2024, US\$ Bilhões, em valor FOB)



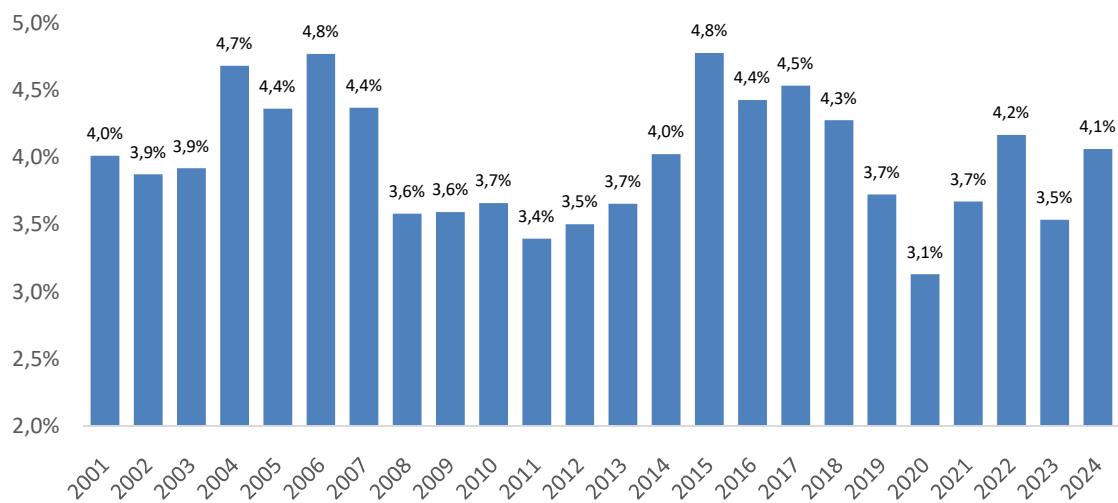
Fonte: MDIC/ ComexStat (2025).



Em 2015, a participação da Bahia nas importações nacionais atingiu recorde na série histórica, com 4,8% do total (Gráfico 7). Esse patamar havia sido atingido anteriormente em 2006, porém impulsionado pelo aquecimento da atividade econômica no setor petroquímico, não apenas por pressões de custos. A situação começou a se normalizar a partir de 2016, quando houve uma redução da participação das importações baianas no agregado nacional, acompanhado por uma retomada dos superávits comerciais no Estado. Em relação à participação da Bahia nas Importações do Brasil, conforme Gráfico 7, podem ser divididas em dois períodos:

- **Flutuações e Picos (2001-2015):** A participação da Bahia nas importações brasileiras apresentou mais flutuações. Começou em 4,0% em 2001, atingiu picos de 4,8% em 2006 e 2015.
- **Queda e Recuperação (2016-2024):** Após 2015, a participação caiu para 3,1% em 2020, o menor valor da série. No entanto, recuperou-se significativamente para 4,2% em 2022 e 4,1% em 2024, indicando que a Bahia tem mantido ou até aumentado sua relevância como importadora no cenário nacional nos anos mais recentes.

Gráfico 7 – Participação da Bahia no valor de importação (US\$ FOB) do Brasil (2001-2024)



Fonte: MDIC/ ComexStat (2025).

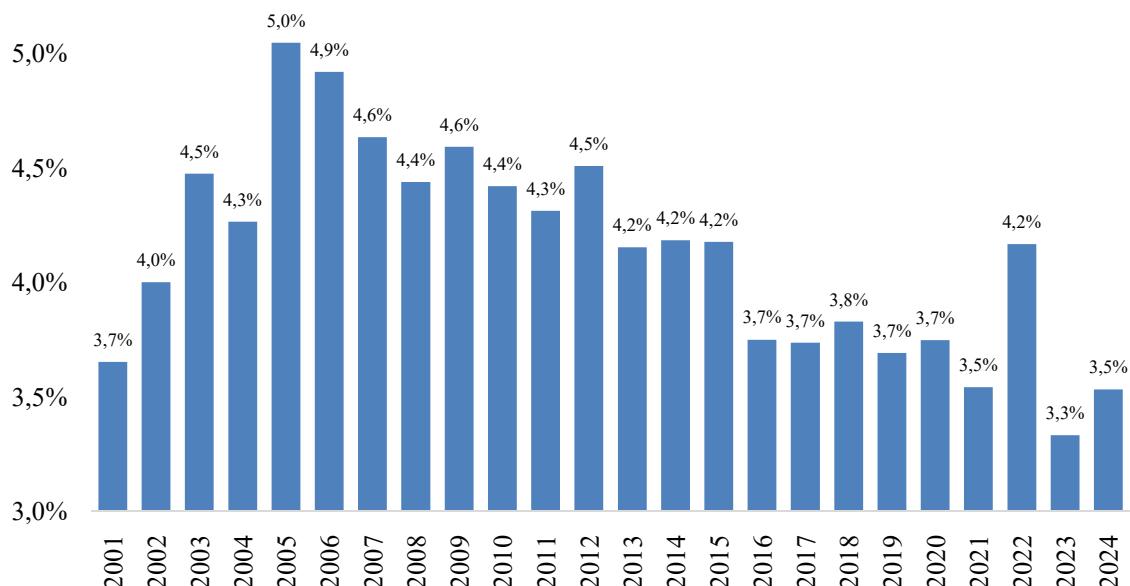
Do ponto de vista das exportações, conforme Gráfico 8, a participação da Bahia nas exportações do Brasil (% do total nacional) pode ser dividida em três períodos:



- **Pico de Participação (2005):** A participação da Bahia nas exportações brasileiras variou ao longo do período. Iniciou em 3,7% em 2001 e atingiu seu pico em 2005, com 5,0% do total nacional.
- **Tendência de Queda e Estabilização (2006-2020):** Após 2005, a participação da Bahia nas exportações brasileiras mostrou uma tendência geral de queda, estabilizando-se em torno de 3,7% a 4,6% na maior parte do período até 2020.
- **Queda Recente (2021-2024):** Nos anos mais recentes, a participação da Bahia tem diminuído, caindo para 3,5% em 2021 e atingindo o menor patamar da série em 2023 (3,3%), com uma leve recuperação para 3,5% em 2024. Isso sugere que, embora as exportações baianas em valores absolutos tenham crescido, o ritmo de crescimento das exportações do Brasil como um todo foi mais acelerado, resultando em uma menor fatia para a Bahia.

Segue o gráfico:

Gráfico 8 – Participação da Bahia no valor de exportação (US\$ FOB) do Brasil (2001-2024)



Fonte: MDIC/ ComexStat (2025).



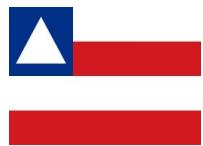
A Bahia conseguiu aumentar substancialmente seus volumes de exportação e importação em termos absolutos ao longo do período. No entanto, sua participação relativa nas exportações brasileiras tem mostrado uma tendência de declínio na última década, indicando que o crescimento do comércio exterior do Brasil tem sido mais dinâmico. Apesar das flutuações, a Bahia manteve um saldo comercial predominantemente superavitário na maior parte do período, o que é um indicativo positivo para suas contas externas. A redução do superávit em 2024, impulsionada pelo aumento das importações, merece atenção.

A predominância do setor de Comércio e Serviços no PIB baiano contrasta com a natureza de suas exportações, predominantemente de bens primários e semimanufaturados. Essa disparidade aponta para um desafio de agregação de valor e diversificação da pauta exportadora, que se reflete na retração das exportações da indústria de transformação. A dependência de *commodities* e as deficiências em infraestrutura logística e acesso à energia são obstáculos que a Bahia precisa superar para maximizar os benefícios de seu comércio exterior.

No entanto, o Estado está estrategicamente posicionado para enfrentar esses desafios. O PDI Bahia 2035/2050 é um guia abrangente que visa fortalecer a base produtiva, aumentar a participação no PIB nacional com produtos de maior valor agregado e diversificar a matriz econômica. Os investimentos em infraestrutura, como o Porto Sul e a FIOL, são cruciais para melhorar a competitividade logística. Além disso, o potencial da agropecuária, a expansão das energias renováveis (incluindo o hidrogênio verde) e o fomento à ciência, tecnologia e inovação representam avenidas promissoras para a criação de novos setores exportadores e a agregação de valor aos produtos existentes.

4. Balança comercial interestadual baiana

Este sessão analisa a balança comercial interestadual brasileira para o ano de 2024, com dados atualizados em 12 de abril de 2025, fornecidos pelo CONFAZ. Através de uma análise do saldo anual por unidade federativa, identificam-se os Estados com superávits e déficits significativos, delineando os padrões de interdependência econômica regional. Os resultados



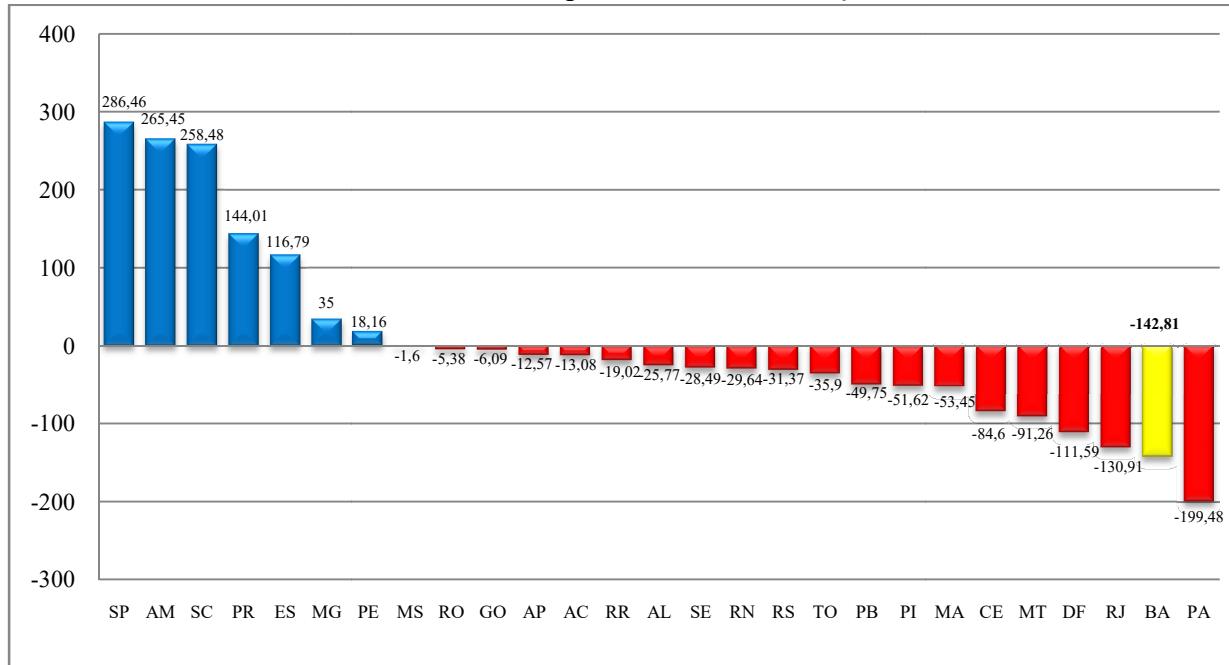
indicam uma concentração de superávits em Estados do Sul e Sudeste, como São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina, enquanto déficits expressivos são observados predominantemente no Nordeste (Bahia, Ceará) e em grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro. Esta análise contribui para a compreensão das disparidades regionais e da dinâmica do comércio interno, oferecendo subsídios para políticas de desenvolvimento regional.

O gráfico da balança comercial interestadual (ou do saldo fiscal interestadual, conforme os dados mais recentes) do Brasil para o ano de 2024, interpretando os padrões de superávits e déficits estaduais à luz da Teoria do Desenvolvimento Desigual. Argumenta-se que a concentração de superávits em Estados das regiões Sul e Sudeste e os déficits persistentes em grande parte do Norte e Nordeste são manifestações de processos históricos e contínuos de acumulação desigual de capital e de formação de estruturas produtivas hierarquizadas. A análise destaca como a dinâmica interestadual replica, em nível subnacional, as relações centro-periferia observadas em escala global, com implicações para a perpetuação das disparidades regionais.

A balança comercial interestadual é um indicador crucial para compreender a estrutura produtiva e os fluxos de bens e serviços dentro de uma federação. No Brasil, um país de dimensões continentais e acentuadas heterogeneidades regionais, a análise desses fluxos revela as especializações produtivas, as cadeias de valor internas e os níveis de interdependência entre as unidades federativas. Os dados evidenciam profundas assimetrias entre os Estados, com destaque para a Bahia, que figuram entre os maiores saldos negativos do país. O Gráfico 9 apresenta o saldo comercial interestadual de todas as UF em 2024.



Gráfico 9 – Saldo comercial fiscal por Estado da Federação – Ano base 2024



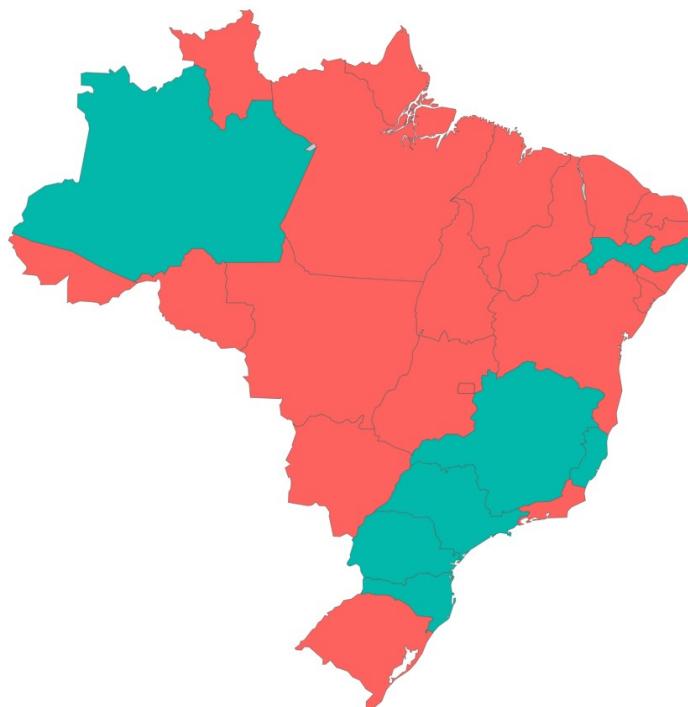
Fonte: CONFAZ (2025).

Ver anexo 10.

O saldo fiscal da Bahia é expressivamente negativo, atingindo R\$ -142,81 bilhões, o que a posiciona como o segundo maior déficit estadual do país. Apenas o Pará apresenta um resultado ainda mais negativo, com R\$ -199,48 bilhões, enquanto o Rio de Janeiro aparece logo em seguida, com R\$ -130,91 bilhões. Também registram déficits significativos o Distrito Federal (R\$ -111,59 bilhões), o Mato Grosso (R\$ -91,26 bilhões) e o Ceará (R\$ -84,6 bilhões). Em patamares intermediários, destacam-se os saldos negativos do Rio Grande do Sul (R\$ -31,37 bilhões), Goiás (R\$ -6,09 bilhões), Mato Grosso do Sul (R\$ -1,6 bilhão), Amapá (R\$ -12,57 bilhões) e Acre (R\$ -13,08 bilhões), conforme Mapa 1.



Mapa 1 – Saldo / déficit comercial interestadual por UF – Ano base 2024

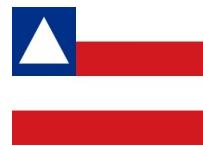


Fonte: CONFAZ (2025).

*Vermelho déficit, verde saldo. Ver anexo 10.

De modo geral, observa-se uma tendência consistente de saldos negativos entre os Estados das regiões Nordeste (a exemplo de Maranhão, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas) e Norte (como Rondônia, Roraima, Acre e Tocantins), o que reforça o padrão de essas regiões serem receptoras líquidas de fluxos de bens e serviços. Tal padrão se traduz em saldos fiscais negativos associados a operações interestaduais, especialmente em razão da estrutura produtiva menos diversificada e da dependência de bens e serviços oriundos de outras unidades federativas.

Em termos regionais, o Estado do Pará se destaca como o maior contribuinte para o déficit fiscal nacional, respondendo por 17,69% do total. Esse valor é substancial e chama a atenção, especialmente considerando que o Pará é um grande produtor de *commodities*. A Bahia e o Rio de Janeiro seguem com participações muito significativas, de 12,67% e 11,61%, respectivamente. Juntos, Pará, Bahia e Rio de Janeiro somam mais de 40% (41,97%) do déficit fiscal total do país, indicando que a dinâmica econômica e fiscal desses três Estados é crucial para o saldo negativo geral.



No resumo geral, no Gráfico 9 destaca a contribuição de cada Estado para o superávit fiscal interestadual acumulado no Brasil em 2024. O Estado de São Paulo responde por 24,19% do superávit interestadual nacional. Sua vasta e diversificada economia, com grande volume de transações e concentração de empresas, consolida sua posição como o maior gerador de fluxos fiscais positivos. Amazonas e Santa Catarina seguem de perto, com participações muito significativas de 22,41% e 21,83%, respectivamente. Juntos, São Paulo, Amazonas e Santa Catarina são responsáveis por aproximadamente 68,43% do superávit fiscal total do país.

Destarte a isso, a Bahia, por si só, é responsável por 30,63% de todo o déficit fiscal acumulado pelos Estados deficitários do Nordeste em 2024 e a região Nordeste, em conjunto com seus Estados deficitários (excluindo o Pernambuco, que é superavitário), é responsável por 41,35% do déficit fiscal total acumulado pelos Estados deficitários do Brasil em 2024. O Estado baiano destaca-se por possuir o maior déficit da Região Nordeste desde 2020, conforme Tabela 3. Seu déficit cresceu consistentemente de R\$ -41,97 bilhões em 2020 para R\$ -142,81 bilhões em 2024. Essa trajetória sugere um aprofundamento das disparidades ou uma intensificação dos fluxos de saída de valor fiscal. Ceará também demonstra uma tendência de agravamento do déficit, passando de R\$ -42,85 bilhões em 2020 para R\$ -84,60 bilhões em 2024. Mantém-se consistentemente entre os maiores déficits da região, rivalizando com a Bahia.

Tabela 3 – Saldo comercial fiscal dos Estados do Nordeste – R\$ bilhões

Estado	2020	2021	2022	2023	2024
Alagoas	-13,78	-15,55	-25,42	-22,5	-25,77
Bahia	-41,97	-60,39	-92,1	-97,91	-142,81
Ceará	-42,85	-43,99	-48,06	-52,09	-84,6
Maranhão	-28,9	-24,19	-34,55	-41,74	-53,45
Paraíba	-20,47	-29,18	-31,86	-36,9	-49,75
Pernambuco	-8,63	-3,18	4,07	13,7	18,16
Piauí	-24,73	-26,74	-41,03	-39,32	-51,62
Rio Grande do Norte	-24,9	-32,9	-31,24	-38	-29,64
Sergipe	-13,84	-11,52	-17,41	-21,39	-28,49

Fonte: CONFAZ (2025).

A Tabela 3 permite uma visualização da evolução do saldo anual de cada Estado do Nordeste ao longo do período, facilitando a identificação de tendências de agravamento,



melhoria ou consistência nos déficits/superávits. A persistência e o agravamento dos déficits em grande parte do Nordeste, em contraste com a concentração de superávits em outras regiões (Sul e Sudeste), evidenciam a reprodução do desenvolvimento regional desigual no Brasil. Essa dinâmica: Logo, as assimetrias econômicas se traduzem em desigualdades sociais, com impactos na distribuição de renda, emprego qualificado e acesso a serviços públicos.

Na outra extremidade, observa-se a concentração dos maiores superávits fiscais em Estados com economias mais maduras, diversificadas ou fortemente especializadas em setores com elevada demanda nacional. São Paulo lidera com folga, apresentando um superávit de R\$ 286,46 bilhões, seguido pelo Amazonas com R\$ 265,45 bilhões — resultado diretamente influenciado pela Zona Franca de Manaus (ZFM). A ZFM, por meio de mecanismos de incentivos fiscais e da retenção de parte do ICMS sobre produtos industrializados exportados para outros Estados, contribui para gerar um fluxo fiscal altamente positivo. Santa Catarina, com um superávit de R\$ 258,48 bilhões, também se destaca. A robusta base industrial e exportadora do Estado parece explicar a magnitude de seu saldo. Completam a lista dos maiores superavitários o Paraná (R\$ 144,01 bilhões), o Espírito Santo (R\$ 116,79 bilhões), Minas Gerais (R\$ 35 bilhões) e, surpreendentemente, o Piauí (R\$ 18,16 bilhões), cujo resultado positivo contrasta com a tendência histórica dos Estados do Nordeste.

Avançando na análise, debruçamo-nos sobre a Balança Comercial Interestadual da Bahia com as demais Unidades da Federação. A análise do Gráfico 10 revela que a Bahia apresenta um déficit comercial acentuado com a grande maioria dos estados brasileiros, visualizado pela área sombreada que se estende para baixo. São Paulo se destaca como o principal responsável por esse déficit, com um saldo negativo expressivo de R\$ -45,10 bilhões. Essa cifra evidencia que a Bahia importa um volume significativamente maior de bens e serviços de São Paulo do que o que exporta para este estado.

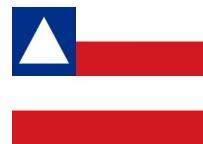
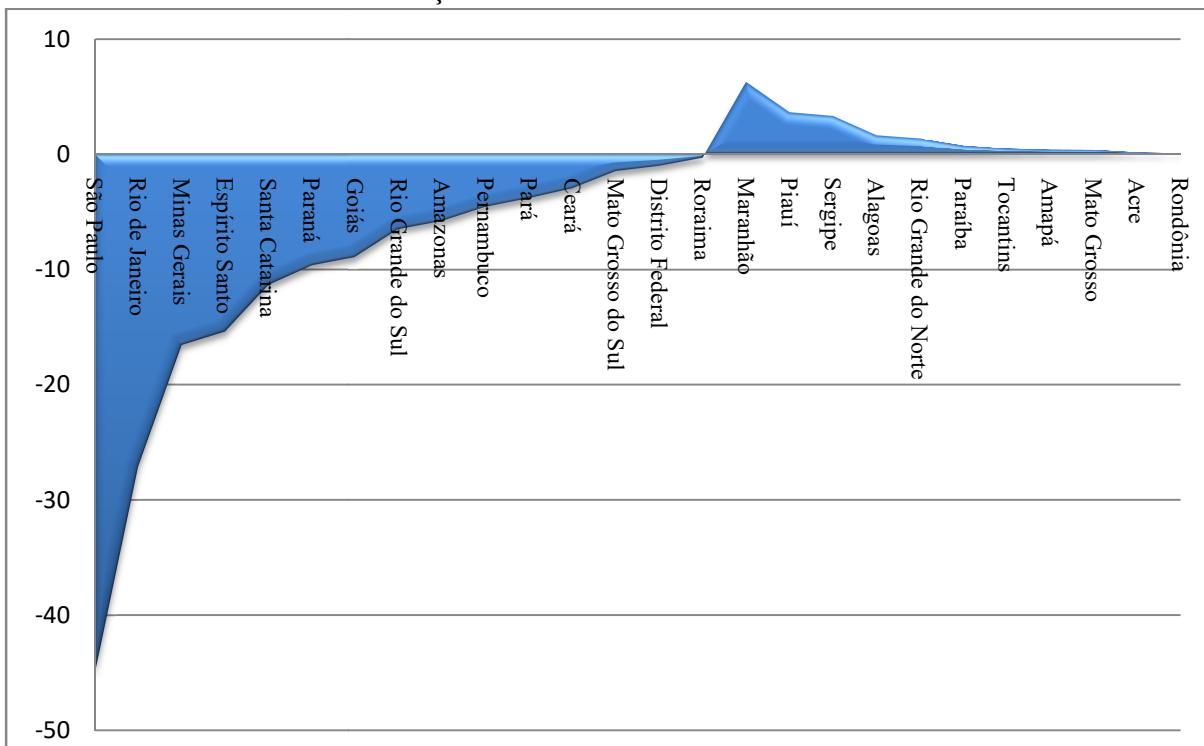


Gráfico 10 – Balança comercial interestadual da Bahia com as UF

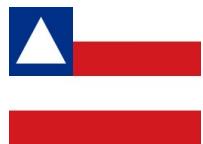


Fonte: CONFAZ (2025).

* Ver anexo 10.

Em seguida, o Rio de Janeiro contribui substancialmente para o desequilíbrio da balança comercial baiana, com um déficit de R\$ -27,09 bilhões. Minas Gerais também se apresenta como um importante fator no saldo negativo geral, registrando um déficit de R\$ -16,57 bilhões. Outros estados que geram déficits consideráveis para a Bahia são: Espírito Santo (R\$ -15,40 bilhões), Santa Catarina (R\$ -11,35 bilhões), Paraná (R\$ -9,66 bilhões), Goiás (R\$ -8,93 bilhões), Rio Grande do Sul (R\$ -6,52 bilhões), Amazonas (R\$ -5,81 bilhões), Pernambuco (R\$ -4,59 bilhões), Pará (R\$ -3,84 bilhões), Ceará (R\$ -2,99 bilhões), Mato Grosso do Sul (R\$ -1,50 bilhão) e Distrito Federal (R\$ -1,05 bilhão). Por fim, Roraima (R\$ -0,35 milhão) também se enquadra na lista de estados com os quais a Bahia possui déficit, embora em menor proporção.

Os déficits mais significativos são com os estados de maior complexidade econômica (Sudeste), particularmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Isso sugere que a Bahia é uma importadora líquida de bens e serviços dessas regiões. Essa dependência da Bahia em relação a regiões mais industrializadas para o abastecimento de insumos e produtos manufaturados, ressalta um desequilíbrio na sua estrutura produtiva. Indica que o estado ainda importa grande parte do que é essencial para seu desenvolvimento e para o consumo de sua



população, desde equipamentos e maquinários até bens de consumo final mais sofisticados. Esse cenário pode limitar o potencial de agregação de valor dentro da própria Bahia e gerar vulnerabilidades econômicas, pois o estado fica sujeito às flutuações de preços e às condições de oferta dessas regiões fornecedoras.

Entre os estados que contribuem positivamente para a balança comercial baiana, destacam-se: o Maranhão, com o maior superávit nesse grupo, atingindo R\$ 6,20 bilhões, o que aponta para uma forte demanda maranhense por produtos ou serviços baianos; o Piauí, que contribui positivamente com um saldo de R\$ 3,58 bilhões, reforçando a complementaridade econômica regional; e Sergipe, vizinho geográfico, que registra um saldo favorável de R\$ 3,26 bilhões, evidenciando um fluxo comercial onde a Bahia se posiciona como a principal fornecedora. Seguindo essa tendência regional de superávit, Alagoas gera um saldo positivo de R\$ 1,59 bilhão para a Bahia, e o Rio Grande do Norte também contribui positivamente com R\$ 1,31 bilhão, ajudando a amenizar o déficit geral baiano. Em volumes menores, a Paraíba apresenta um saldo positivo de R\$ 0,705 milhão, Tocantins com R\$ 0,456 milhão, Amapá com R\$ 0,355 milhão, Mato Grosso com R\$ 0,341 milhão, Acre com R\$ 0,130 milhão e Rondônia com R\$ 0,060 milhão.

4.1. Saldo fiscal interestadual e as contradições do desenvolvimento

De toda forma, com base no Gráfico 9, a distribuição dos saldos fiscais interestaduais em 2024 revela um cenário de desequilíbrio significativo.

- **Predominância de Déficits:** Há uma clara maioria de Estados (19 de 26 UFs listadas) que apresentam déficit fiscal. Isso significa que a maior parte das unidades federativas são, em termos fiscais, "importadoras líquidas" de valor ou, de outra forma, os fluxos fiscais relacionados às suas transações interestaduais resultam em um saldo negativo.
- **Os déficits:** são pulverizados geograficamente, afetando a maioria dos Estados. Além disso, os maiores déficits (Pará com R\$ -199,48 bilhões, Bahia com R\$ -142,81



bilhões, Rio de Janeiro com R\$ -130,91 bilhões) também atingem valores muito expressivos, indicando uma saída considerável de recursos fiscais dessas economias.

- **Concentração de Superávits:** Apenas sete Estados conseguem gerar um superávit fiscal. Essa concentração indica que a capacidade de atrair ou reter fluxos fiscais positivos está restrita a um número limitado de economias estaduais.
- **Os superávits:** embora em menor número, são de grande magnitude, especialmente os de São Paulo (R\$ 286,46 bilhões), Amazonas (R\$ 265,45 bilhões) e Santa Catarina (R\$ 258,48 bilhões). Isso sugere que a riqueza e os recursos fiscais gerados ou concentrados nesses Estados são muito substanciais.

A análise da balança comercial/saldo fiscal interestadual de 2024, sob a lente da Teoria do Desenvolvimento Desigual, revela um padrão de hierarquia econômica entre os Estados brasileiros. A existência de centros dinâmicos que acumulam valor e capital, e de periferias que, em grande medida, exportam recursos e dependem dos centros, é um reflexo das contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista. Compreender essa dinâmica é fundamental para a proposição de políticas regionais que busquem mitigar as disparidades e promover um desenvolvimento mais equitativo e autônomo em todo o território nacional. Em resumo, esse panorama evidencia uma clara assimetria fiscal no pacto federativo brasileiro, com profundas implicações para a capacidade de financiamento das políticas públicas em regiões menos desenvolvidas.

Os dados publicados pelo CONFAZ, são, de fato, importante para a compreensão das dinâmicas econômicas internas do Brasil. Em um mercado vasto como o brasileiro, com mais de 210 milhões de consumidores, a análise dos fluxos de comércio interestadual transcende a mera contabilização de entradas e saídas de mercadorias; ela se torna uma ferramenta para decifrar a estrutura produtiva regional e estadual, os encadeamentos complexos entre essas estruturas e, crucialmente, o grau de independência ou dependência econômica interna.

A observação de que o Brasil apresenta um desenvolvimento desigual e heterogêneo entre seus estados, no que tange ao volume de produção de mercadorias e às trocas comerciais, é o ponto de partida para qualquer análise aprofundada. Tradicionalmente, os estados das regiões Sudeste e Sul concentram a maior parte do volume de comércio e da produção industrial e tecnológica do país. Essa concentração histórica e estrutural é resultado



de um processo de desenvolvimento que privilegiou certas áreas, atraindo investimentos, infraestrutura e mão de obra qualificada. Em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste, embora com avanços notáveis em setores específicos e com grande potencial de crescimento, ainda apontam menores níveis de produção industrial diversificada e de participação nos fluxos de comércio de maior valor agregado.

Nesse panorama, a análise do saldo comercial da Bahia se insere perfeitamente como um estudo de caso dessa assimetria. O elevado déficit baiano com os estados do Sudeste e Sul não é um acaso; ele reflete a dependência da Bahia em relação a essas regiões para o suprimento de bens manufaturados, alta tecnologia, máquinas e equipamentos, e até mesmo insumos intermediários para sua própria produção. A Bahia, embora possua um parque industrial expressivo (Polo Petroquímico de Camaçari, automotivo, eólico), ainda não produz em volume ou diversidade suficientes para atender integralmente às suas próprias demandas ou para competir em pé de igualdade em todos os segmentos com esses polos consolidados. Isso a posiciona como um importante mercado consumidor para a produção do Sudeste e Sul, contribuindo para a manutenção da concentração econômica nessas regiões.

A assimetria regional do Brasil impõe desafios significativos. O fluxo contínuo de recursos das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas, via déficits comerciais como o da Bahia, pode dificultar a acumulação de capital local e a diversificação econômica, perpetuando o ciclo de dependência. Torna-se, portanto, imperativo que sejam realizados estudos aprofundados que auxiliem não apenas no entendimento dessa assimetria, mas, principalmente, na explicação de suas causas históricas, estruturais e conjunturais. A partir de um diagnóstico preciso, é possível formular e implementar medidas políticas públicas voltadas para a correção dessas disparidades regionais. Tais medidas poderiam incluir incentivos à industrialização em regiões menos desenvolvidas, investimentos em infraestrutura logística para escoamento de produção, fomento à inovação e à agregação de valor local, e políticas de atração de investimentos que visem a diversificação da pauta de exportações inter-regionais.

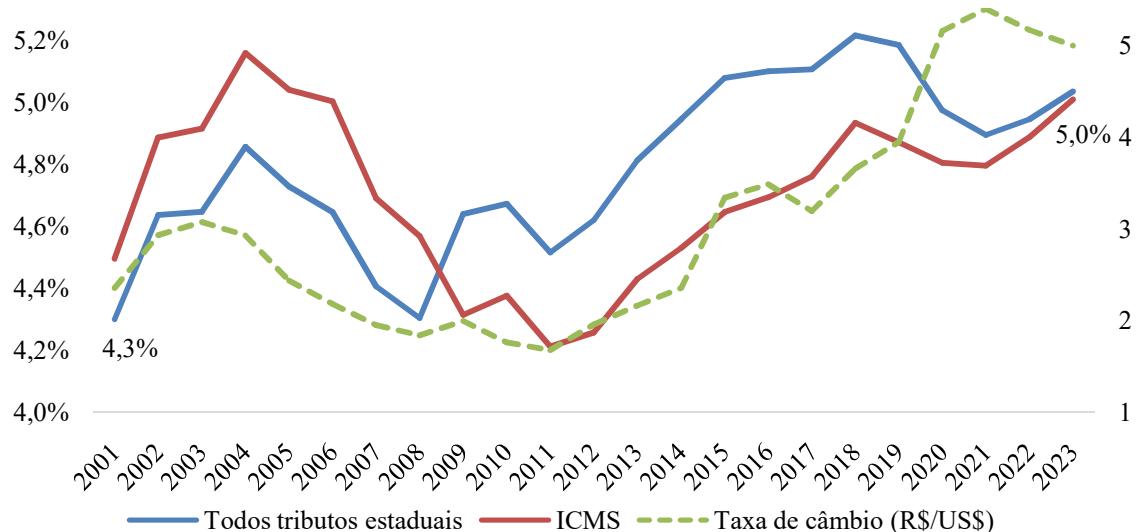
Por fim, a correção, ou mitigação, (se é que é possível) dessa assimetria é um objetivo complexo e de longo prazo, mas essencial para um desenvolvimento nacional mais equitativo e sustentável.



5.Arrecadação tributária

Como importante produtora e distribuidora de combustíveis, a Bahia tem sua arrecadação de impostos estaduais fortemente condicionadas pelos seus preços, em grande medida determinados no mercado internacional. Os dados apresentados no Gráfico 11 ilustram bem a relação direta entre a taxa de câmbio brasileira e a arrecadação de impostos do governo estadual.

Gráfico 11 – Participação na Bahia na arrecadação nacional de impostos estaduais e taxa de câmbio (2001-2023)



Fontes: CONFAZ (2025); BACEN (2025).

De acordo com os dados do CONFAZ, a participação da Bahia na arrecadação nacional de todos os tributos estaduais iniciou em 4,3% em 2001 e encerrou o período em 5,0% em 2023. Observa-se uma tendência geral de crescimento e estabilização. Após um aumento inicial para 4,9% em 2004, houve uma leve oscilação, mas a partir de 2009 (4,6%), a participação cresceu de forma mais consistente, atingindo 5,1% em 2015 e mantendo-se em torno de 4,9% a 5,2% nos anos mais recentes (2020-2023). Isso indica um fortalecimento da base econômica da Bahia e/ou uma melhoria na sua capacidade de arrecadação em relação à média nacional ao longo do tempo.



No que dia a participação do ICMS, seguiu uma trajetória similar à dos tributos totais, começando em 4,5% em 2001 e chegando a 5,0% em 2023. Houve um pico inicial de 5,2% em 2004, seguido por uma leve queda para 4,2% em 2011. No entanto, a partir de 2012, a participação do ICMS baiano recuperou-se gradualmente, atingindo 4,9% em 2018-2019 e 5,0% em 2023. Como o ICMS é o principal imposto estadual, sua evolução reflete diretamente o dinamismo do consumo e da produção interna da Bahia em comparação com o restante do país. A recuperação nos últimos anos sugere um aquecimento da atividade econômica no Estado.

Contudo, o ICMS Combustíveis, apresenta uma dinâmica distinta. A participação da Bahia no ICMS sobre combustíveis na arrecadação nacional era notavelmente mais alta no início da série, com 6,9% em 2001 e um pico de 7,5% em 2005. A partir de 2006, essa participação mostrou uma tendência geral de declínio, caindo para 5,2% em 2010 e estabilizando-se em torno de 5,6% a 6,4% nos anos mais recentes (2018-2023), com 5,6% em 2022 e 2023. A maior participação inicial pode indicar uma maior dependência da arrecadação sobre o setor de combustíveis em períodos anteriores ou uma maior relevância da Bahia na produção/consumo de combustíveis no país. A queda posterior pode ser atribuída a mudanças na legislação tributária, na estrutura de consumo de combustíveis, ou a um crescimento mais acelerado da arrecadação de ICMS sobre combustíveis em outros Estados.

Em 2024, o Estado da Bahia registrou uma arrecadação de ICMS de R\$ 40,1 bilhões. Este valor representa um crescimento real de 9,69% em comparação ao ano anterior, já descontada a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Esse desempenho na arrecadação está em consonância com o crescimento das atividades econômicas do Estado. No entanto, o Estado da Bahia enfrentará um desafio significativo com a Reforma Tributária aprovada no Congresso Nacional. A nova legislação prevê que o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) será destinado ao Estado e Município onde ocorrer o efetivo consumo. Isso é particularmente relevante para a Bahia, pois sua produção industrial é, em grande parte, mais voltada para bens intermediários. Para que a economia baiana possa se beneficiar plenamente da nova estrutura tributária, será necessário que ela seja redirecionada à produção de bens de consumo final.

Portanto, essa adaptação é crucial, pois a arrecadação do IBS passará a depender da localização do consumidor final, e não mais do local de produção de bens intermediários, como ocorre atualmente com o ICMS.



5.1. Correlação da valorização e desvalorização do Real na arrecadação tributária

A relação entre o câmbio e a arrecadação tributária estadual é complexa e multifacetada. Não há um impacto único, pois ele depende da estrutura econômica de cada Estado. Estados com forte base de consumo e/ou dependentes de importações tendem a ter a arrecadação de ICMS mais favorecida por um Real valorizado. Já Estados com forte vocação exportadora (especialmente de *commodities*) tendem a ter a arrecadação mais positivamente impactada indiretamente por um Real desvalorizado (via aumento da atividade econômica e lucratividade dos setores exportadores), embora o ICMS sobre importações possa cair.

A valorização e desvalorização do Real brasileiro em relação ao Dólar Americano entre 2001 e 2024 foram marcadas por diversos fatores econômicos e políticos, tanto internos quanto externos. Assim, ao longo dessas duas décadas, a variação cambial influenciou diretamente o comércio nacional e teve efeitos significativos sobre a arrecadação pública, moldando o ambiente fiscal e econômico do país. Em síntese, a Bahia tem demonstrado uma crescente relevância fiscal no cenário brasileiro, com sua participação na arrecadação de impostos estaduais aumentando ao longo do período analisado. A taxa de câmbio, por sua vez, passou por ciclos de valorização e desvalorização, influenciando o ambiente de negócios, mas a capacidade de arrecadação do Estado parece ser impulsionada por fatores econômicos internos mais amplos.

Com base no gráfico, a análise da correlação entre a taxa de câmbio (R\$/US\$) e a arrecadação tributária estadual (ICMS e Total de Tributos) de 2001 a 2023 pode ser resumida da seguinte forma:

- **Valorização do Real (Dólar em Queda) - 2003-2008/2011:** No início do período de valorização do Real (2003-2005), a arrecadação de ICMS e o total de tributos estaduais aumentaram ou se mantiveram elevados. Isso sugere que o Real mais forte, ao baratear as importações, impulsionou o consumo e, consequentemente, o ICMS sobre importações. No entanto, a partir de 2005, mesmo com a continuidade da valorização cambial, a arrecadação começou a mostrar sinais de estagnação ou leve



queda, indicando que outros fatores (como a perda de competitividade da indústria nacional e o impacto da crise global de 2008) também atuaram.

- **Desvalorização do Real (Dólar em Alta) - 012-2020:** Este período é marcado por uma forte e consistente desvalorização do Real, com o dólar em ascensão. Simultaneamente, a arrecadação de ICMS e o total de tributos estaduais apresentaram uma tendência de queda ou estagnação, atingindo patamares baixos. A desvalorização cambial, ao encarecer importações e insumos, e a crise econômica interna impactaram negativamente o consumo e a base de arrecadação do ICMS.
- **Estabilização em Patamar Elevado e Recuperação da Arrecadação - 2021-2023:** Após o pico de desvalorização em 2020, a taxa de câmbio se estabilizou em um patamar elevado, mas as linhas de arrecadação de ICMS e de tributos estaduais demonstraram uma recuperação significativa. Essa recuperação da arrecadação, apesar do Real desvalorizado, é atribuída a outros fatores macroeconômicos, como a recuperação da atividade econômica pós-pandemia, o aumento dos preços das *commodities* (beneficiando setores exportadores) e a inflação elevada, que impulsiona a base de cálculo nominal dos impostos.

6. Contribuintes por tipo de regime tributário – Bahia / Nordeste / Brasil (2024)

Este sessão apresenta uma análise comparativa da composição da base de contribuintes por tipo de regime tributário ("Simples Nacional", "Débito/crédito", "Produtor Rural" e "Outros") em três níveis geográficos distintos: o Estado da Bahia, a região Nordeste e o Brasil. Utilizando dados quantitativos e percentuais, a análise busca identificar padrões e divergências na estrutura tributária, revelando a predominância do Simples Nacional em todas as esferas e o impacto desproporcional do regime de Produtor Rural na composição nacional.



Destarte a isso, o regime "Simples Nacional" emerge como o componente mais significativo da base tributária em todas as regiões. No entanto, sua proporção percentual é inversamente relacionada à escala geográfica: 87,41% na Bahia, 76,86% no Nordeste e 52,61% no Brasil. A alta concentração na Bahia reflete uma estrutura econômica predominantemente composta por micro e pequenas empresas. O seja, o Nordeste e, mais especificamente, a Bahia, têm uma estrutura econômica dominada por setores de baixa produtividade, como comércio varejista, serviços simples e agricultura familiar, com apresenta a Tabela 4.

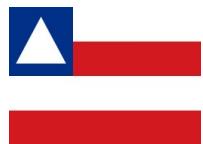
Tabela 4 – Contribuintes por Tipo de Regime – Bahia / Nordeste / Brasil (2024)

Tipo de Regime	Bahia (Milhões)	Bahia (%)	Nordeste (Milhões)	Nordeste (%)	Brasil (Milhões)	Brasil (%)
Simples Nacional	2,457	87,41	6,394	76,86	13,808	52,61
Débito/crédito	0,256	9,11	1,061	12,75	2,65	10,10
Produtor Rural	0,074	2,63	0,28	3,37	8,906	33,94
Outros	0,024	0,85	0,584	7,02	0,88	3,35
Total da Região	2,811	100,00	8,319	100,00	26,244	100,00

Fonte: CONFAZ (2025).

A categoria "Débito/crédito" demonstra uma proporção relativamente estável e consistente em todas as esferas analisadas, variando entre 9,11% na Bahia, 12,75% no Nordeste e 10,10% no Brasil. Essa estabilidade sugere uma base de contribuintes, potencialmente composta por empresas de porte médio a grande ou por setores específicos que operam sob este regime, mantendo uma presença proporcional similar independentemente da dimensão geográfica da análise. Este dado sugere uma frágil inserção do setor produtivo regional em cadeias de maior valor agregado, especialmente industriais, onde o regime de apuração de crédito tributário é mais frequente. Em suma, o baixo uso do regime de débito/crédito revela esse padrão de marginalidade produtiva e limitada inserção em cadeias de maior valor.

Quanto à categoria "Produtor Rural", é o principal fator de distinção estrutural entre as regiões. Na Bahia, sua representatividade é mínima (2,63%), e no Nordeste, embora maior em números absolutos, ainda é modesta em termos percentuais (3,37%). Contudo, em nível nacional, a proporção de Produtor Rural dispara para 33,94% do total de contribuintes. Essa disparidade evidencia a vasta escala da formalização rural em todo o Brasil e a diversidade das economias estaduais e regionais.



Em relação categoria "Outros", que engloba regimes tributários diversos e menos prevalentes, apresenta a menor proporção na Bahia (0,85%), indicando uma estrutura tributária estadual mais concentrada nos regimes dominantes. No Nordeste, "Outros" atinge 7,02%, a maior proporção percentual entre as regiões, sugerindo uma maior diversidade de arranjos tributários ou a presença de regimes específicos regionais que não são tão expressivos em contextos mais restritos ou mais amplos. Em nível nacional (3,35%), esta categoria reflete a agregação de diversas classificações minoritárias em um universo mais amplo.

Em síntese, heterogeneidade estrutural do desenvolvimento econômico brasileiro manifesta-se não apenas nos indicadores de renda, produtividade ou infraestrutura, mas também nas bases tributárias regionais. Essas disparidades não são apenas conjunturais, mas expressão institucionalizada do subdesenvolvimento, conforme apontado pela literatura clássica e contemporânea sobre desenvolvimento econômico. A base tributária, portanto, não é apenas um indicador de desempenho econômico, mas um retrato da própria estrutura econômica subjacente e de seus desafios persistentes.

7. Renda

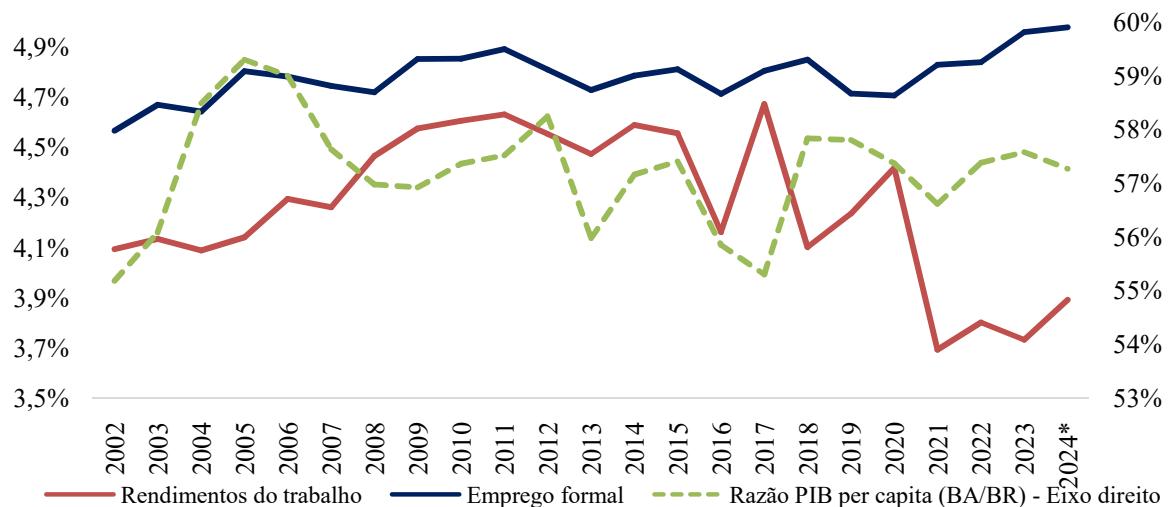
A distribuição de renda e o rendimento *per capita* são indicadores fundamentais para avaliar a “saúde socioeconômica” de uma nação ou região, os padrões de vida e os níveis de igualdade. Destarte, ao apresentar os valores de renda para a Bahia e o Brasil lado a lado em cada faixa de distribuição, a tabela facilita uma comparação numérica imediata. A inclusão das diferenças absolutas e percentuais quantifica a magnitude das disparidades em cada nível de renda, permitindo a identificação precisa de onde as maiores lacunas existem, tanto em termos monetários quanto em relação à média nacional.

Desde o início do século XXI, a população baiana cresceu em ritmo muito inferior à média nacional, tendo sua participação no agregado encolhida de 7,6% em 2002, para 7% em 2024. Esse fator compensou a perda de relevância da Bahia no PIB real brasileiro, promovendo uma pequena elevação líquida da razão entre a renda *per capita* baiana e



brasileira (Gráfico 12). Ainda assim, o PIB *per capita* da Bahia equivale atualmente a apenas 57,3% da média nacional. Isso coloca o Estado como o 9º mais pobre do país, com renda anual estimada em somente R\$ 28,5 mil por habitante em 2024.

Gráfico 12 – Razão de PIB *per capita* e participação da Bahia nos rendimentos do trabalho e no estoque de empregos formais do Brasil (2002-2024)



Fontes: Sistema de Contas Regionais (2024); EP(2024); PNAD (2015); PNADC (2025); RAIS (2024).

* Estimativas de PIB *per capita* para 2023 e 2024 com base no IBC-BA e IBC-Br e de emprego com base no Novo Caged (2025).

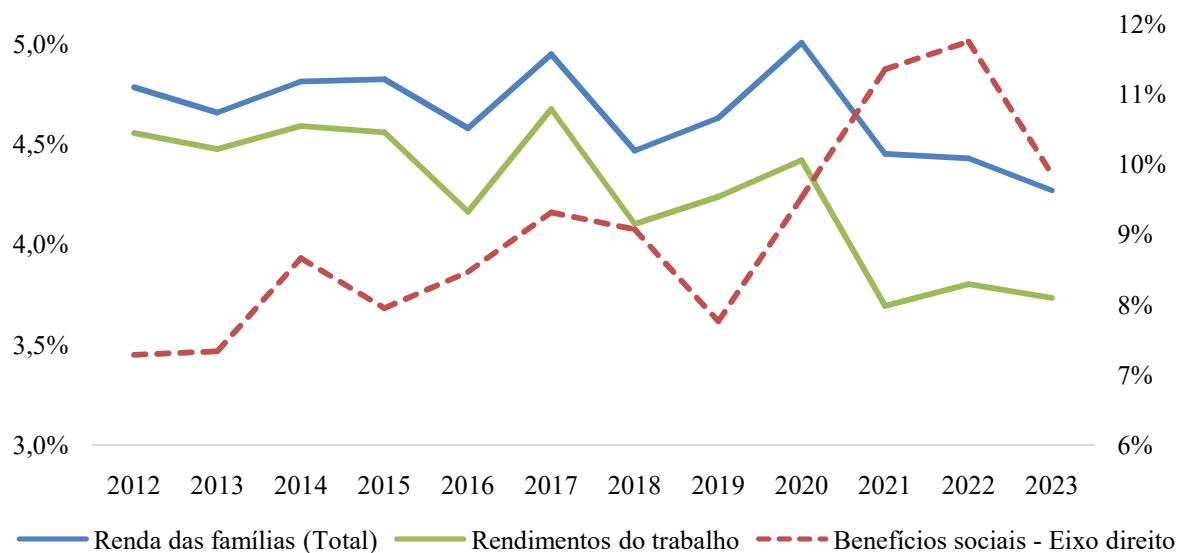
Do ponto de vista dos rendimentos do trabalho, a participação da Bahia no agregado nacional saiu de 4,1% em 2002, crescendo de forma consistente até 2011, quando atingiu 4,6%. A partir de então, a perda de empregos formais, em particular na indústria de transformação, foi relativamente mais intensa no Estado, deflagrando uma tendência de queda relativa na renda do trabalho. Esse movimento foi agravado pelos impactos da pandemia sobre o consumo das famílias, que atingiu fortemente o mercado de trabalho baiano, em especial as ocupações informais. Em função disso, em 2021 a Bahia representava apenas 3,7% dos rendimentos recebidos por trabalhadores no Brasil.

Desde 2022, nota-se uma recuperação mais consistente do emprego formal na Bahia, puxada não apenas pela recuperação dos impactos da pandemia, mas também pela dinamização do consumo das famílias, que beneficia relativamente mais a região Nordeste. Assim, a participação do Estado na renda do trabalho nacional apresentou uma recuperação incipiente nos últimos anos, atingindo 3,9% em 2024.



Já a participação baiana em termos do estoque de empregos formais (setores público e privado) encontra-se em 5%, contra 4,6% no início do século XXI, o que indica uma redução um pouco mais expressiva da informalidade no Estado, comparativamente à média nacional. A partir dos dados da PNAD Contínua, é possível acompanhar a contribuição de outras fontes de rendimento na dinâmica recente da renda das famílias baiana. Conforme demonstra o Gráfico 13, a perda relativa dos rendimentos do trabalho observada na última década não atingiu na mesma intensidade a renda total das famílias.

Gráfico 13 – Participação da Bahia na renda das famílias(todas as fontes) e nos benefícios sociais do Brasil (2012-2023)



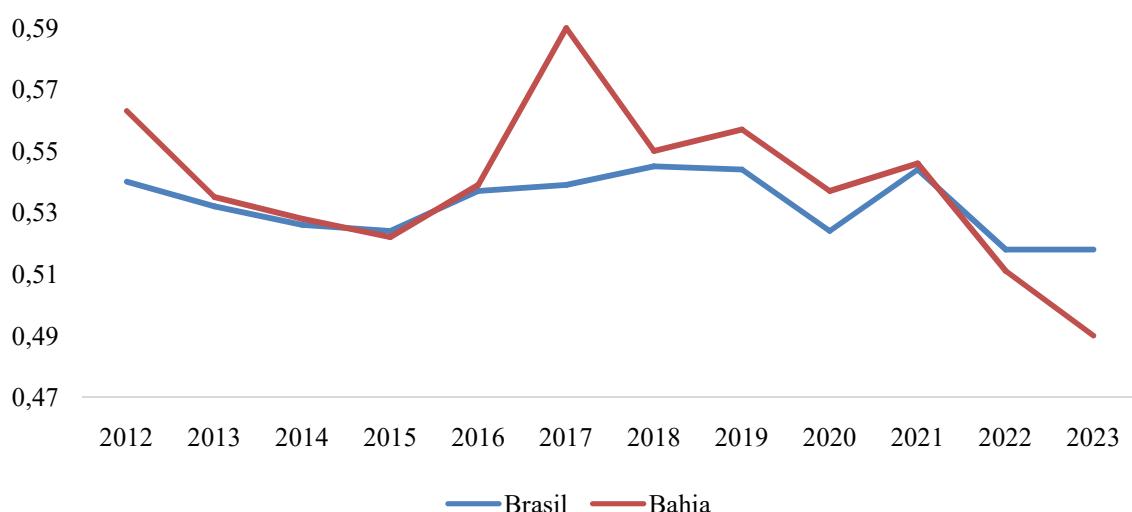
Fontes: PNADC/A (2025).

O principal fator de amortecimento do desempenho negativo do mercado de trabalho foi o aumento, em ritmo mais forte que na média nacional, das transferências governamentais destinadas à Bahia. A participação do Estado no montante de benefícios sociais pagos à população (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e outros programas de transferência de renda), que era de 7,3% em 2012, passou a crescer durante a pandemia, com o Auxílio Emergencial, atingindo 11,7% em 2022. Em 2023, essa participação apresentou queda, porém manteve-se ainda em patamar elevado, de 9,9%, em função da expansão e do reajuste do Programa Bolsa Família.



Além de contribuir para o crescimento recente da economia baiana, em particular em setores mais vinculados ao mercado regional e ao consumo das famílias, um dos reflexos desse processo foi à redução das desigualdades de renda no Estado, em ritmo mais forte que na média nacional. Segundo os dados apresentados no Gráfico 14, o índice de Gini dos rendimentos domiciliares da Bahia vem em queda nos últimos anos, atingindo seu menor patamar da série histórica em 2023. O nível atingido no último ano é 12% inferior ao registrado em 2019 e encontra-se 6% abaixo do recorde anterior, que havia sido registrado em 2015.

Gráfico 14 – Índice de Gini dos rendimentos domiciliares *per capita*, de todas as fontes (2012-2023)



Fontes: PNADC/A (2025).

Em 2012, a Bahia apresentava um Índice de Gini de 0,563, visivelmente superior ao do Brasil (0,54), o que indicava uma desigualdade de renda mais acentuada no Estado já no início do período analisado. Entre 2013 e 2015, ambos os indicadores mostraram tendência de queda, aproximando-se gradualmente até convergirem, em 2015, para um patamar semelhante (em torno de 0,525). Esse período sugere uma redução generalizada da desigualdade, com a Bahia diminuindo a distância em relação à média nacional. A partir de 2016, no entanto, os caminhos se distanciam. Enquanto o Índice de Gini do Brasil permaneceu relativamente estável, com leves variações, o da Bahia disparou em 2017, atingindo o ponto mais alto da série (quase 0,59). Esse foi o momento de maior divergência entre os dois índices, refletindo



um agravamento expressivo da desigualdade de renda no Estado, em contraste com a estabilidade relativa do cenário nacional.

Após o pico de 2017, o índice da Bahia iniciou trajetória de queda, enquanto o do Brasil apresentou um leve aumento, promovendo uma reaproximação entre os dois em 2018 e 2019. Em 2020, ambos os indicadores recuaram. No entanto, em 2021, a Bahia voltou a registrar um aumento mais pronunciado, voltando a superar o índice nacional (0,545 contra 0,525). Os anos de 2022 e 2023 marcaram uma inflexão importante. O Índice de Gini da Bahia registrou uma queda expressiva, passando de cerca de 0,545 em 2021 para aproximadamente 0,49 em 2023. No mesmo intervalo, o índice nacional também caiu, porém de forma mais moderada, estabilizando-se em torno de 0,515. Como resultado, em 2023, pela primeira vez no período analisado, o Índice de Gini da Bahia (0,49) tornou-se inferior ao do Brasil (0,515), indicando que a desigualdade de renda no Estado passou a ser menor do que a média nacional.

Contudo, mesmo assim, conforme Tabela 5, um dos principais motivos para o Estado ter apresentado índice de desigualdade de renda inferior à média nacional nos últimos anos, além das medidas de combate à extrema pobreza, foi à redução da renda dos mais ricos. De acordo com os dados abaixo na tabela, a renda dos 10% mais ricos na Bahia caiu 11% na última década, contrastando com um crescimento de 9% da média nacional. Por outro lado, a renda dos 10% mais pobres cresceu 43% no Estado, contra 35% do país.

Tabela 5 – Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* por faixa de distribuição de renda na Bahia e no Brasil (R\$ a preços de 2023)

	2012		2019		2023	
	Brasil	Bahia	Brasil	Bahia	Brasil	Bahia
10% mais pobres	156	97	137	75	210	139
10,1% e 20% mais pobres	359	217	366	215	450	298
20,1% a 30% mais pobres	515	322	542	342	634	423
30,1% a 40% mais pobres	673	420	722	453	815	548
Mediana entre 40,1% e 50%	860	537	932	599	1.038	671
10% mais ricos	6.963	4.880	7.467	5.022	7.580	4.340
5% mais ricos	7.486	5.234	7.936	5.252	8.100	4.677
1% mais ricos	19.667	15.015	21.574	15.554	20.664	11.752

Fontes: PNADC/A (2025).



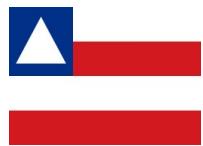
Uma análise sistemática, decil por decil, dos valores de rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* para a Bahia e o Brasil revela um padrão consistente e preocupante: o rendimento médio *per capita* da Bahia é demonstravelmente inferior ao do Brasil em todos os decis de renda. Esta é uma observação inicial crítica, indicando um déficit de renda que é sistêmico em vez de localizado em segmentos específicos da população. Os rendimentos significativamente mais baixos nos decis inferiores da Bahia, combinados com suas taxas alarmantemente elevadas de pobreza (43,5%) e extrema pobreza (14,2%) em comparação com as médias nacionais (29,4% e 7,8%, respectivamente), indicam um desafio severo e generalizado para atender aos padrões básicos de vida de uma parcela substancial da população do Estado. Isso não é meramente uma lacuna de renda, mas uma questão profunda de dignidade humana e sobrevivência.

Ainda assim, os níveis de desigualdade e pobreza na Bahia seguem revelando um cenário desolador. Enquanto no topo da pirâmide de renda os 1% mais ricos do Estado possuem renda domiciliar *per capita* média de R\$ 11,8 mil, as famílias que compõem os 10% mais pobres sobrevivem com apenas R\$ 139 por pessoa ao mês. O nível de pobreza segue sendo impressionante nas camadas superiores, uma vez que a renda média do segundo decil não passa de R\$ 300 por pessoa e a do terceiro é de pouco mais de R\$ 400. A “classe média estatística” baiana, isto é, as pessoas localizadas do quarto decil até a renda mediana têm renda *per capita* de apenas R\$ 671, cerca de $\frac{1}{3}$ a menos da média nacional, que já é considerada baixa em níveis internacionais. A maior desigualdade interna e rendimentos mais baixos em todos os decis revelam uma condição crítica: a Bahia não é apenas um Estado mais pobre em média, mas sua riqueza limitada também está mais concentrada nas mãos de poucos. Isso significa que uma proporção maior da população luta com rendimentos muito baixos, enquanto uma pequena elite captura uma parcela desproporcionalmente maior da renda disponível.

Por fim, os programas sociais, como o Bolsa Família, são reconhecidos como cruciais para fornecer uma renda básica, particularmente para as faixas de renda mais baixas na região Nordeste. Esse programa de proteção social, absolutamente essenciais para o alívio da pobreza e a mitigação dos impactos mais severos das disparidades de renda, funciona como uma rede de segurança, abordando os sintomas da baixa renda. Apesar da existência desses programas, a Bahia ainda registra taxas muito altas de pobreza e extrema pobreza. Isso sugere que, embora os programas sociais sejam eficazes em prevenir resultados ainda piores (por exemplo, fome, miséria absoluta), eles não são, por si só, suficientes para tirar uma parte



significativa da população da pobreza ou para alterar fundamentalmente o perfil de distribuição de renda do Estado.



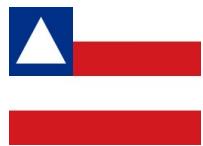
Considerações finais

As considerações finais do "Segundo Boletim de Trabalho" aprofundam a compreensão dos desafios e oportunidades da economia baiana, detalhando a "armadilha" de desenvolvimento que o Estado enfrenta e as estratégias para o futuro, sem repetir o resumo executivo já discutido. A "armadilha de desenvolvimento" na qual a economia baiana se encontra, conforme as considerações finais do "Segundo Boletim de Trabalho", refere-se a um conjunto de desafios estruturais persistentes que dificultam a transição do Estado para uma economia mais complexa, diversificada e de maior valor agregado, limitando seu crescimento sustentado e a melhoria generalizada do bem-estar social. Essa "armadilha" é caracterizada por múltiplos fatores interligados:

- **Baixa Renda e Consumo Generalizados:** A Bahia apresenta um PIB *per capita* que corresponde a apenas 57,3% da média nacional, classificando-a entre os Estados mais pobres do país, com uma renda anual estimada em R\$ 28,5 mil por habitante em 2024. O rendimento médio *per capita* é sistematicamente inferior ao do Brasil em todas as faixas de renda, e a baixa participação dos serviços privados é diretamente associada a esses níveis mais baixos de renda e consumo, limitando o dinamismo econômico.
- **Alta Desigualdade Social:** Apesar de ter apresentado uma redução na desigualdade de renda nos últimos anos, com o Índice de Gini da Bahia tornando-se inferior ao do Brasil em 2023 pela primeira vez na série analisada (0,49 vs. 0,515), o Estado ainda registra taxas alarmantemente elevadas de pobreza (43,5%) e extrema pobreza (14,2%), significativamente maiores que as médias nacionais (29,4% e 7,8%, respectivamente). Além disso, a riqueza limitada da Bahia continua mais concentrada nas mãos de poucos, com os 1% mais ricos possuindo renda domiciliar *per capita* média de R\$ 11,8 mil, enquanto os 10% mais pobres vivem com apenas R\$ 139 por pessoa ao mês. Programas sociais, embora cruciais para o alívio da pobreza, não são suficientes para tirar uma parte significativa da população da pobreza ou alterar fundamentalmente o perfil de distribuição de renda.



- **Foco Industrial em *Commodities* e Bens Intermediários:** A economia baiana é predominantemente inserida em cadeias de bens intermediários e *commodities*, o que limita severamente a agregação de valor. A indústria de transformação e a extrativa do Estado têm demonstrado perda de participação e relevância no cenário nacional. Essa especialização em agricultura e extrativismo, embora importante, não permite o salto tecnológico necessário para o desenvolvimento sustentado, pois esses setores não criam os encadeamentos produtivos complexos que geram ganhos de produtividade e especialização, ao contrário das manufaturas.
- **Dependência de Grandes Projetos que Nem Sempre Geram Ampla Capilaridade Econômica:** O Estado tende a depender de investimentos em grande escala, como a construção de infraestrutura (Porto Sul e FIOL) ou o setor petroquímico, que, embora importantes, nem sempre se traduzem em uma distribuição de benefícios econômicos e fiscais amplas ou em diversificação produtiva que atinja a economia de forma capilarizada.
- **Capacidade Limitada de Salto Tecnológico e Baixa Inovação:** As fontes indicam que a especialização da Bahia em setores como a agricultura e extrativismo, embora importantes, não permite o salto tecnológico necessário para o desenvolvimento sustentado. A baixa densidade de empresas de alta tecnologia e a menor aplicação de recursos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) restringe a competitividade da Bahia em mercados de maior valor agregado, perpetuando uma especialização em setores com menor potencial de crescimento.
- **Subdesenvolvimento do Setor de Serviços Privados:** A baixa participação dos serviços privados na economia baiana é diretamente associada a níveis de renda e consumo mais baixos no Estado. Este setor, que tipicamente cresce com o aumento da renda disponível e a diversificação das necessidades de consumo, encontra-se subdesenvolvido.
- **Assimetrias Fiscais Interestaduais:** A Bahia figura entre os Estados com os maiores déficits fiscais interestaduais, registrando um saldo expressivamente negativo de R\$ -



142,81 bilhões em 2024, sendo o segundo maior déficit estadual do país. Essa situação é consistente entre os Estados do Nordeste e Norte, indicando que são receptores líquidos de fluxos de bens e serviços, o que se traduz em saldos fiscais negativos associados a operações interestaduais. Isso evidencia uma clara assimetria fiscal no pacto federativo brasileiro, com profundas implicações para a capacidade de financiamento de políticas públicas em regiões menos desenvolvidas.

- **Estrutura Tributária de Baixa Produtividade:** A predominância de micro e pequenas empresas sob o regime do "Simples Nacional" (87,41%) na estrutura tributária da Bahia refletem uma economia dominada por setores de baixa produtividade, com uma frágil inserção em cadeias de maior valor agregado, como as industriais.
- **Desempenho Macroeconômico Relativo Desfavorável:** A Bahia foi proporcionalmente mais afetada em períodos de retração econômica (recessões de 2015-2016 e pandemia de 2020), registrando quedas mais acentuadas do PIB do que o Brasil e o Nordeste. Nos períodos de recuperação, o crescimento baiano tem sido mais comedido e abaixo das médias regional e nacional, sugerindo dificuldades em retomar o ritmo. Isso resultou em uma preocupante tendência de perda de espaço relativo da Bahia no PIB da Região Nordeste, declinando de 31,0% em 2002 para 28,9% em 2024.
- **Comércio Exterior com Baixa Agregação de Valor e Estagnação de Volume:** Embora a Bahia tenha valorizado seus produtos exportados em termos de preços, o Estado não conseguiu replicar o mesmo dinamismo do Brasil em volume de exportações, mostrando uma estagnação considerável no volume exportado após 2006. Sua participação nas exportações brasileiras tem mostrado uma tendência de declínio na última década, atingindo o menor patamar em 2023 (3,3%). A matriz exportadora ainda é caracterizada pela baixa agregação de valor, focada em matérias-primas e produtos minimamente processados, e pela forte dependência de *commodities*.

Para superar a "armadilha" de desenvolvimento e reverter às tendências negativas observadas, a Bahia precisará de políticas públicas robustas e coordenadas que abordem a



baixa renda e consumo, aprofundem a agregação de valor na indústria, melhorem a infraestrutura logística e, crucialmente, mitiguem as significativas assimetrias fiscais interestaduais que afetam a capacidade de financiamento do Estado. Todavia, o Estado está ciente desses desafios e busca superá-los com iniciativas como o PDI Bahia 2035/2050, que visa à diversificação produtiva, modernização da infraestrutura e fomento à inovação.



Referências

BACEN – Banco Central do Brasil. **Índice de atividade econômica (IBC)** – BA e Br. 2024.

Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 30dez. 2024.

BACEN – Banco Central do Brasil. **Taxa de câmbio** - Dólar americano (compra), Média de período.2025. Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 05jan. 2025.

CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária. **Boletim de Arrecadação dos Tributos Estaduais**. 2025. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/boletim-de-arrecadacao-dos-tributos-estaduais>. Acesso em: 30 jan. 2025.

EP – **Estimativas de População** [IBGE]. 2022. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>. Acesso em: 28 fev. 2022.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **ComexStat**. 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 02 fev. 2025.

Novo Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **Painel de Informações do Novo Caged**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/novo-caged-2024/dezembro/pagina-inicial>. Acesso em: 08 fev. 2025.

RAIS – **Relação Anual de Informações Sociais** [MTE]. 2024. Disponível em:

<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 03 jan. 2025.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Pesquisa básica – 2001 a 2015**.

IBGE, 2015. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad/geral/pesquisa-basica>. Acesso em: 05 fev. 2025.

PNADC/A – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. **Divulgações estruturais e especiais**. IBGE, 2025. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 05 fev. 2025.



SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Com a Introdução de Edwin Cannan. Apresentação de Winston Fritsch. Trad.: Luiz João Baraúna. São Paulo, Nova Cultural Ltda, 1996. 479p.

SCR – **Sistema de Contas Regionais** [IBGE]. 2024. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 17 dez. 2024.



Abaixo são apresentados, no formato de tabelas, os dados compilados que aparecem ao longo do relatório em formato de gráficos

Anexo 1 – Participação da Bahia no PIB do Brasil (2002-2024)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023*	2024*
PIB Nominal (%)	4,0	3,9	4,0	4,1	4,0	4,0	3,9	4,1	4,0	3,8	3,8	3,8	3,9	4,1	4,1	4,1	4,1	4,0	4,0	3,9	4,0	3,9	3,9
PIB Real (%)	4,2	4,2	4,4	4,4	4,4	4,3	4,3	4,3	4,2	4,2	4,2	4,1	4,2	4,2	4,1	4,0	4,1	4,0	4,0	3,9	4,0	4,0	3,9
Posição (%)	7	7	7	7	7	7	6	6	6	6	6	6	7	6	7	7	7	7	7	7	7	7	7

Fonte: Sistema de Contas Regionais (2024).

* Dados de 2023 e 2024 (até novembro) estimados a partir dos índices de atividade econômica do BACEN (2024), IBC-BA e IBC-Br, e dos índices de preços regionais de serviços.

Anexo 2 – Participação da Bahia no VAB nominal do Brasil, por setor de atividade econômica (%)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Agropecuária	8,1	7,2	7,8	7,7	7,6	8,2	7,2	7,1	6,7	6,3	6,4	5,5	6,2	6,9	5,4	5,2	6,2	5,6	6,4	5,8	6,9
Indústria	3,2	3,3	3,3	3,6	3,3	3,3	3,2	3,8	3,7	2,9	2,8	2,5	2,8	3,7	4,5	4,2	3,9	3,8	3,9	3,7	3,8
Construção	4,5	4,5	5,2	4,8	5,6	5,0	5,6	5,3	5,3	5,2	4,9	5,2	5,4	5,3	5,4	5,4	5,2	5,0	4,5	4,8	5,4
Comércio	4,3	4,2	4,3	4,1	3,9	4,4	4,3	4,6	4,3	4,1	3,8	4,1	3,9	3,9	4,1	4,0	4,2	4,0	3,7	3,8	3,9
Serviços privados	3,3	3,3	3,3	3,5	3,3	3,5	3,4	3,6	3,5	3,5	3,6	3,7	3,6	3,7	3,6	3,6	3,7	3,5	3,4	3,4	3,3
Serviços públicos	4,6	4,6	4,5	4,7	4,8	4,7	4,6	4,8	4,8	4,9	4,9	4,9	4,9	5,0	4,9	4,9	5,0	5,1	4,8	4,9	

Fonte: Sistema de Contas Regionais (2024).



Anexo 3 – Participação da Bahia no Produto Interno Bruto do Nordeste

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023*	2024*
PIB Real	31,0%	31,3%	32,1%	32,2%	31,7%	31,7%	31,7%	31,3%	31,1%	30,6%	30,5%	30,0%	29,9%	29,9%	29,4%	28,9%	29,0%	28,9%	28,9%	28,5%	28,7%	28,9%	28,9%
PIB Nominal	30,2%	30,5%	31,0%	31,2%	30,0%	30,8%	30,0%	30,5%	29,5%	28,6%	28,0%	28,3%	27,8%	28,9%	28,8%	28,2%	28,5%	28,0%	28,3%	28,4%	29,0%	29,2%	28,9%

Fonte: Sistema de Contas Regionais (2024).

* Dados de 2023 e 2024 (até novembro) estimados a partir dos índices de atividade econômica do BACEN (2024), IBC-BA e IBC-NE.

Anexo 4 – Índices de preços e *quantum* de exportações, Brasil e Bahia (2001-2024, 2001=100)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Preços Importação - BA	100,0	98,1	108,6	128,5	144,3	173,4	196,4	227,3	190,6	217,8	247,5	256,7	247,3	242,6	191,7	169,0	173,3	198,1	178,1	160,7	202,6	286,8	249,3	240,3
Quantum Exportação - BA	100,0	105,9	131,7	156,9	189,1	194,2	183,6	179,6	178,1	189,6	187,9	188,1	173,0	164,7	184,7	180,4	182,9	178,4	183,3	210,7	198,6	236,5	210,1	216,5
Preços Importação - BR	100,0	97,3	102,5	112,4	123,7	130,7	139,6	168,6	147,6	152,4	174,4	177,1	174,8	172,3	151,8	138,2	143,4	152,1	146,3	136,3	155,8	190,3	173,6	160,9
Quantum Exportação - BR	100,0	88,0	86,8	103,5	109,0	127,6	161,3	190,7	161,4	222,1	240,7	234,3	254,9	246,0	206,4	181,9	202,2	217,8	223,6	203,9	249,0	263,3	256,3	300,8

Fonte: MDIC/ ComexStat (2025).

Anexo 5 – Exportações, importações, saldo da balança comercial da Bahia e participação da Bahia nas exportações e importações do Brasil (2001-2024, US\$ Bilhões, em valor FOB, e % do total nacional)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Exportações	2,12	2,41	3,26	4,06	5,98	6,77	7,41	8,69	6,97	8,86	10,94	10,82	9,66	9,24	7,80	6,73	8,03	8,88	8,16	7,84	9,94	13,92	11,32	11,90
Importações	2,27	1,87	1,93	2,99	3,26	4,41	5,33	6,25	4,65	6,71	7,74	7,89	8,83	9,29	8,27	6,17	7,20	7,92	6,92	4,97	8,05	11,36	8,51	10,68
Saldo Comercial	-0,15	0,54	1,32	1,07	2,73	2,35	2,07	2,43	2,32	2,15	3,19	2,93	0,83	-0,05	-0,47	0,56	0,83	0,95	1,24	2,87	1,89	2,57	2,80	1,23
BA/BR - Exportações	3,7	4,0	4,5	4,3	5,0	4,9	4,6	4,4	4,6	4,4	4,3	4,5	4,2	4,2	4,2	3,7	3,7	3,8	3,7	3,7	3,5	4,2	3,3	3,5
BA/BR - Importações	4,0	3,9	3,9	4,7	4,4	4,8	4,4	3,6	3,6	3,7	3,4	3,5	3,7	4,0	4,8	4,4	4,5	4,3	3,7	3,1	3,7	4,2	3,5	4,1

Fonte: MDIC/ ComexStat (2025).



Anexo 6 – Valor exportado dos principais produtos da pauta exportadora da Bahia (2001-2024, US\$ Bilhões, em valor FOB)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Soja e similares	0,02	0,01	0,01	0,12	0,16	0,10	0,20	0,45	0,65	0,62	0,96	0,94	0,85	0,90	1,01	0,53	1,17	1,59	1,15	1,33	1,92	2,80	2,39	2,44
Combustíveis minerais, óleos minerais e subprodutos	0,52	0,42	0,61	0,55	1,38	1,10	1,00	1,36	0,78	1,35	1,96	2,13	1,52	1,37	0,55	0,43	0,54	0,65	0,90	1,17	1,23	3,85	2,43	2,32
Pastas de celulose; papel ou cartão para reciclar	0,17	0,17	0,20	0,21	0,36	0,63	0,78	1,36	1,17	1,54	1,68	1,59	1,58	1,52	1,30	1,09	1,23	1,47	1,14	0,98	1,02	1,22	1,23	1,49
Algodão	0,03	0,01	0,02	0,06	0,10	0,11	0,15	0,17	0,21	0,29	0,66	0,71	0,31	0,42	0,36	0,24	0,30	0,38	0,58	0,57	0,61	0,70	0,63	0,88
Pedras e metais preciosos	0,05	0,07	0,06	0,07	0,10	0,17	0,16	0,22	0,24	0,30	0,41	0,43	0,35	0,30	0,27	0,36	0,40	0,41	0,43	0,52	0,54	0,57	0,64	0,77
Minérios, escórias e cinzas	0,02	0,00	0,02	0,00	0,02	0,00	0,02	0,01	0,00	0,00	0,10	0,13	0,04	0,07	0,13	0,04	0,04	0,03	0,08	0,16	0,67	0,56	0,46	0,58
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; preparados para animais	0,11	0,10	0,13	0,20	0,19	0,15	0,18	0,27	0,31	0,29	0,32	0,49	0,37	0,44	0,36	0,29	0,30	0,43	0,33	0,38	0,48	0,64	0,71	0,53
Produtos químicos orgânicos	0,35	0,48	0,57	0,65	0,76	0,89	1,12	1,02	0,92	1,34	1,30	1,28	1,12	1,26	0,77	0,60	0,88	0,78	0,60	0,38	0,79	0,85	0,54	0,47
Cacau e suas preparações	0,09	0,13	0,21	0,19	0,22	0,21	0,22	0,26	0,23	0,30	0,28	0,24	0,18	0,21	0,27	0,29	0,26	0,20	0,20	0,22	0,20	0,20	0,20	0,43
Café, chá, mate e especiarias	0,04	0,05	0,04	0,07	0,09	0,11	0,12	0,12	0,12	0,13	0,19	0,16	0,10	0,14	0,12	0,10	0,08	0,08	0,11	0,12	0,19	0,25	0,19	0,33
Frutas; cascas de frutos cítricos e de melões	0,04	0,05	0,08	0,07	0,10	0,11	0,13	0,15	0,11	0,13	0,14	0,13	0,14	0,14	0,14	0,13	0,15	0,14	0,16	0,18	0,19	0,16	0,25	0,24
Ferro fundido, ferro e aço	0,05	0,07	0,10	0,15	0,21	0,18	0,13	0,26	0,09	0,10	0,13	0,12	0,12	0,08	0,08	0,13	0,13	0,14	0,15	0,17	0,17	0,30	0,25	0,21

Fonte: MDIC/ ComexStat (2025).

Anexo 7 – Participação na Bahia na arrecadação nacional de impostos estaduais e taxa de câmbio (2001-2023)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Todos tributos estaduais	4,3%	4,6%	4,6%	4,9%	4,7%	4,6%	4,4%	4,3%	4,6%	4,7%	4,5%	4,6%	4,8%	4,9%	5,1%	5,1%	5,1%	5,2%	5,2%	5,0%	4,9%	4,9%	5,0%
ICMS	4,5%	4,9%	4,9%	5,2%	5,0%	5,0%	4,7%	4,6%	4,3%	4,4%	4,2%	4,3%	4,4%	4,5%	4,6%	4,7%	4,8%	4,9%	4,9%	4,8%	4,8%	4,9%	5,0%
ICMS Combustíveis	6,9%	6,9%	7,2%	7,2%	7,5%	6,6%	6,9%	6,0%	5,8%	5,2%	5,3%	5,8%	6,1%	6,2%	6,1%	6,2%	6,4%	6,1%	6,4%	6,4%	6,2%	5,6%	5,6%
Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (compra)	2,35	2,93	3,07	2,92	2,43	2,18	1,95	1,84	1,99	1,76	1,67	1,95	2,16	2,35	3,34	3,48	3,19	3,66	3,95	5,16	5,39	5,16	4,99

Fontes: CONFAZ (2025); BACEN (2025).



Anexo 8 – Razão de PIB *per capita* e participação da Bahia nos rendimentos do trabalho, no estoque de empregos formais, na renda das famílias (todas as fontes) e nos benefícios sociais do Brasil (2002-2024)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024*	
Razão PIB <i>per capita</i>																								
(BA/BR)	55,2%	56,1%	58,5%	59,3%	59,0%	57,6%	57,0%	56,9%	57,4%	57,5%	58,2%	56,0%	57,2%	57,4%	55,8%	55,3%	57,8%	57,8%	57,4%	56,6%	57,4%	57,6%	57,3%	
Renda das famílias												4,8%	4,7%	4,8%	4,8%	4,6%	4,9%	4,5%	4,6%	5,0%	4,4%	4,4%	4,3%	
Rendimentos do trabalho	4,1%	4,1%	4,1%	4,1%	4,3%	4,3%	4,5%	4,6%	4,6%	4,6%	4,6%	4,5%	4,6%	4,6%	4,2%	4,7%	4,1%	4,2%	4,4%	3,7%	3,8%	3,7%	3,9%	
Benefícios sociais												7,3%	7,3%	8,7%	7,9%	8,5%	9,3%	9,1%	7,8%	9,5%	11,3%	11,7%	9,9%	
População ocupada	7,5%	7,4%	7,3%	7,3%	7,1%	7,1%	7,2%	7,3%	7,2%	7,1%	6,8%	6,7%	6,9%	6,9%	6,5%	6,4%	6,3%	6,3%	5,9%	5,9%	6,2%	6,0%	6,0%	
Emprego formal	4,6%	4,7%	4,6%	4,8%	4,8%	4,7%	4,7%	4,9%	4,9%	4,9%	4,8%	4,7%	4,8%	4,8%	4,7%	4,7%	4,8%	4,7%	4,7%	4,8%	4,8%	5,0%	5,0%	
População em geral	7,6%	7,6%	7,5%	7,5%	7,5%	7,6%	7,6%	7,6%	7,5%	7,3%	7,3%	7,5%	7,5%	7,4%	7,4%	7,4%	7,1%	7,1%	7,1%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	

Fontes: Sistema de Contas Regionais (2024); EP (2024); PNAD (2015); PNADC/A (2025); RAIS (2024).

* Estimativas de PIB *per capita* para 2023 e 2024 com base no IBC-BA e IBC-Br e de emprego com base no Novo Caged (2025).

Anexo 9 – Índice de Gini dos rendimentos domiciliares *per capita*, de todas as fontes (2012-2023)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	0,54	0,532	0,526	0,524	0,537	0,539	0,545	0,544	0,524	0,544	0,518	0,518
Bahia	0,563	0,535	0,528	0,522	0,539	0,59	0,55	0,557	0,537	0,546	0,511	0,49

Fontes: PNADC/A (2025).



Anexo 10 - Saldo / defici comercial interestadual da Bahia com as UF – Ano base 2024

Estado (UF)	Saldo Anual (R\$)
SP	-45.503.503.863,21
RJ	-27.090.865.229,05
MG	-16.570.782.229,85
ES	-15.401.524.494
SC	-11.350.402.043,97
PR	-9.667.392.829,17
GO	-8.930.348.982,57
RS	-6.520.195.120,00
AM	-5.811.085.690,08
PE	-4.590.288.720,26
PA	-3.840.997.745,96
CE	-2.997.444.900,36
MS	-1.500.804.890,23
DF	-1.050.478.980,23
RR	-358.787.087,00
MA	6.208.781.080,25
PI	3.581.595.995,85
SE	3.260.253.711,19
AL	1.590.372.260,68
RN	1.317.771.114,12
PB	705.904.388,71
TO	456.070.718,93
AP	355.249.393,18
MT	341.771.523,49
AC	130.627.478,34
RO	60.788.075,64

Fonte: CONFAZ (2025).